



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Homonormatividade - Um Caso de Sucesso na Televisão Portuguesa?

Ana Teresa da Costa Fonseca

Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação

Orientadora:

Doutora Maria Cláudia Silva Afonso e Álvares, Professora Associada
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientador:

Doutor Néilson Alves Ramalho, Professor Auxiliar
Universidade Lusófona - Centro Universitário de Lisboa

Outubro, 2023

Departamento de Sociologia

Homonormatividade - Um Caso de Sucesso na Televisão Portuguesa?

Ana Teresa da Costa Fonseca

Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação

Orientadora:

Doutora Maria Cláudia Silva Afonso e Álvares, Professora Associada
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientador:

Doutor Néilson Alves Ramalho, Professor Auxiliar
Universidade Lusófona - Centro Universitário de Lisboa

Outubro, 2023

Agradecimentos

Embora se trate de um trabalho autónomo, feito a título individual, nunca o teria realizado com tamanha satisfação sem o apoio e contributo de muitas pessoas. Assim, expresso os meus sinceros agradecimentos:

À Professora Cláudia Álvares, pelo seu acompanhamento, mas acima de tudo, pela sua constante confiança e entusiasmo pelo que fui construindo. Obrigada pela sabedoria que me transmitiu, desde as aliciantes aulas aos valiosos conselhos, e pela liberdade que me concedeu durante todo este processo.

Ao Professor Néilson Ramalho, pelo seu contributo repleto de preocupação e atenção, onde houve sempre espaço para uma palavra de alento e simpatia que, certamente, me deram a coragem certa nos momentos certos.

Obrigada a ambos pelo contributo que dão à academia sobre temáticas tão relevantes e necessárias como o Feminismo e a Luta Queer.

Aos meus pais, por tornarem possível o meu percurso no ensino superior. Sou uma verdadeira privilegiada, num meio onde este ainda não é universal nem gratuito.

À minha mãe, pela educação tão única que me deu, repleta de liberdade e amor, mas sempre ambiciosa. Pela sua exigência ser reflexo da confiança que em mim entrega, hoje sei que tenho as ferramentas certas para sonhar tão alto (e um sítio onde pousar, sempre que necessário).

Ao meu pai, por me ter feito conhecer os valores de Abril à sua luz, e por ser um exemplo único de ética profissional e pessoal, que me faz acreditar que a honestidade e a justiça fazem de nós seres mais bonitos – especialmente, na cozinha, a discutir o mundo às horas de jantar.

À Catarina, por tornar a procura pelo saber um caminho constantemente inquietante, mas aguerrido e viciante. Por desejar que eu seja melhor todos os dias, enquanto serve de meigo amparo, quando essa ambição não corre como esperado. Por todos os dias sermos tão juntas, mas tão livres.

À Helena e à Mafalda, por terem sido casa, quando muitas vezes ela não o foi. Por saber que poderei sempre contar com o seu abrigo, loucura e amizade, numa avenida tão grande que irá sempre além-fronteiras.

A todos os meus amigos e familiares que, à sua maneira, desde sempre me apoiaram e acarinharam.

Resumo

Ao longo dos últimos anos, têm-se vindo a verificar importantes progressos no que concerne os direitos LGBTQ+. Porém, existe a possibilidade de estes servirem apenas de ferramenta para a manutenção da ordem dominante, ao mesmo tempo que prevalece a marginalização de quem não pratica a norma. Assim, a presente dissertação propõe-se a explorar os impactos da televisão, enquanto um dos meios mais influentes na história da comunicação, na reprodução dos discursos que mantêm essa mesma ordem hegemónica. Neste caso, a narrativa a explorar é a homonormatividade e, através de uma análise de conteúdo temática, procura-se identificar quais as dimensões que mais reproduzem a ideologia e quais as que apresentam um teor mais subversivo. Para tal, realizaram-se 10 entrevistas, de teor biográfico, nos canais generalistas da televisão portuguesa, com a finalidade de responder a: qual o papel atual das figuras mediáticas queer na reprodução de um discurso homonormativo, na televisão portuguesa? Por fim, procedeu-se a uma exploração dos significados das mensagens e das suas leituras enquanto códigos preferidos e dominantes ou a sua possibilidade de rotura, assim como a presença (ou não) de um retrato televisivo congruente com a realidade social da maior parte dos sujeitos em questão. Revelaram-se, na grande maioria, a manutenção de discursos homonormativos, embora seja assinalável a presença de sinais contra-hegemónicos.

Palavras-chave: Discurso, Homonormatividade, LGBTQ+, Teoria dos Efeitos, Estudos Culturais, Ideologia

Abstract

Over the past few years, important progress has been made regarding LGBTQ+ rights. However, there is the possibility that these simply serve as tools for maintaining the dominant order, while at the same time the marginalization of those who do not practice the norm prevails. Therefore, this dissertation aims to explore the impacts of television, as one of the most influential media in the history of communication, on the reproduction of discourses that maintain this same hegemonic order. In this case, the narrative to explore is homonormativity and, through a thematic content analysis, we seek to identify which dimensions most reproduce the ideology and which present a more subversive content. To this end, 10 biographical interviews were carried out on generalist portuguese television channels, with the aim of answering: what is the current role of queer media figures in the reproduction of a homonormative discourse on Portuguese television? Finally, we explored the meanings of the messages and their readings as preferred and dominant codes or their possibility of breaking, as well as the presence (or not) of a television portrayal congruent with the social reality of most of the subjects in question. The vast majority of homonormative discourses were maintained, although the presence of counter-hegemonic signs was notable.

Keywords: Discourse, Homonormativity, LGBTQ+, Theory of Effects, Cultural Studies, Ideology

Índice

Agradecimentos	i
Resumo	iii
Abstract	iv
Introdução	1
Revisão da Literatura	3
2.1. Teoria Queer.....	3
2.1.1 Hetero e Homonormatividade.....	3
2.1.2 <i>Post-Gay Era</i>	6
2.2. Teoria dos Efeitos.....	8
2.2.1 Enquadramento Histórico da Teoria dos Efeitos.....	8
2.2.2. Modelos Teóricos Associados à Teoria dos Efeitos	10
2.2.3. A Teoria dos Efeitos Limitados	11
2.3. Estudos Culturais	13
2.3.1 Enquadramento Teórico	13
2.3.2. A Ideologia e a Comunicação	14
2.3.3. Codificação e Descodificação	16
Abordagem Metodológica	21
3.1. Metodologia	21
3.2. Objetivos e Hipóteses	21
3.3. Amostragem e Recolha de Dados	22
3.4. Análise de Conteúdo	23
Apresentação e Discussão de Resultados	27
4.1. Normalidade/Naturalidade da Orientação Sexual.....	27
4.2. Binarismos/Papéis de Género	30
4.3. Casamento e Monogamia.....	33

4.4. Família	35
4.5. Religião	37
4.6. Políticas de Respeitabilidade	40
Mensagem enviada com sucesso?	45
5.1. Hegemonia e Ideologia	45
5.2. Teoria da Cultivação	46
5.3. A Possível Rotura	49
Conclusão	53
Referências Bibliográficas	55
Anexos	61

Introdução

Embora, nos últimos anos, se tenham verificado assinaláveis progressos nos direitos LGBTQ+ (Saleiro et al., 2022), até que ponto não serão estes reflexo de uma estrutura que os cria, precisamente, para manter o seu domínio político, social e cultural? Se assim for, quais os meios a que recorre para a sua manutenção? Ou, por sua vez, estaremos perante um momento de rotura do paradigma atual através destes significativos progressos?

Estas são algumas das questões a que a presente dissertação se propõe a explorar, recorrendo à influência da televisão, enquanto um dos meios mais influentes na história da comunicação, de modo a analisar os seus possíveis impactos nas narrativas atuais dominantes, mais concretamente, na homonormatividade, que se entende pela reprodução das práticas basilares da heterossexualidade pelos próprios sujeitos *queer*. Assim, visa-se procurar a sua presença na televisão portuguesa, através da análise de 10 entrevistas, de teor biográfico, realizadas nos canais generalistas, com a finalidade de responder a seguinte questão: qual o papel atual das figuras mediáticas *queer* na reprodução de um discurso homonormativo, na televisão portuguesa?

Inicialmente, será feito um breve enquadramento dos vários modelos integrantes da Teoria dos Efeitos, averiguando a possibilidade de uma relação entre estas e a propagação de tais narrativas hegemónicas, gerando um vínculo entre os impactos da televisão e a sua influência na disseminação de valores ligados à heteronormatividade enquanto ordem dominante. Adicionalmente, englobado nos Estudos Culturais, brevemente abordados, será explorado com especial enfoque o modelo de Codificação e Descodificação de Hall, como possível fundamentação para a possibilidade de interpretações de mensagens fora do escopo hegemónico. Para tal, o trabalho conta com uma análise qualitativa, operacionalizada através de uma análise de conteúdo temática, onde serão codificadas as entrevistas, de acordo com seis dimensões consideradas alguns dos pilares da homonormatividade: 1) normalidade/naturalidade da orientação sexual; 2) binarismos/papéis de género; 3) casamento e monogamia; 4) família; 5) religião; 6) “políticas de respeitabilidade”.

Ao nível de enquadramento conceptual, a dissertação irá focar, especialmente, a Teoria da Cultivação e o modelo de Codificação e Descodificação, acreditando serem dois dos mais adequados meios para acautelar as questões que o trabalho dispõe. No entanto,

existe total consciência de que estas são apenas algumas de múltiplas abordagens possíveis, contando, naturalmente, com muitas limitações. Trata-se de um projeto embrionário que procura, muito humildemente, acrescentar uma eventual nova leitura debruçada sobre temas que considera relevantes para a atualidade, nunca descurando outras e melhores abordagens e análises.

CAPÍTULO 2

Revisão da Literatura

A dissertação propõe-se a abordar questões que se integram em duas principais áreas de estudo - a Comunicação e os Estudos Queer – sendo que ambas foram já consideravelmente discutidos na literatura académica. Assim, a revisão da literatura irá dividir-se em dois momentos. O primeiro consiste na definição dos vários conceitos integrantes da teoria Queer, de modo a melhor compreender a sua atuação e articulação no discurso das figuras mediáticas em causa. Neste caso, os conceitos fundamentais a analisar serão a “heteronormatividade” e “homonormatividade”, seguidos da *post-gay era*. O segundo momento irá desenvolver questões que decorrem de uma perspetiva assente nas teorias da comunicação, a começar por uma breve explicação da teoria dos efeitos, terminando nos Estudos Culturais, com especial enfoque no modelo proposto, por Stuart Hall, de Codificação e Descodificação e as temáticas que lhe subjazem.

2.1. Teoria Queer

2.1.1 Hetero e Homonormatividade

Em primeiro lugar, é imprescindível conhecer as definições de “heteronormatividade” e “homonormatividade”, conceitos que serão explorados exaustivamente ao longo de todo o trabalho. Robinson define o conceito de heteronormatividade como sistema hegemónico de normas, discursos e práticas que constrói a heterossexualidade, por forma a que esta seja considerada mais natural e superior a todas as outras expressões de sexualidade (2016). Os parâmetros dos discursos heteronormativos que legitimam a discriminação das minorias sexuais podem-se verificar, em grande parte, nas instituições sociais, incluindo a religião, a família, a educação, os media, o poder judicial, e o Estado.

Sob a alçada da heteronorma, a heterossexualidade e a homossexualidade são dicotómicas. A heterossexualidade monogâmica, conjugal e de procriação é considerada superior a todas as outras expressões sexuais (Robinson, 2016). Assim, por oposição, a não-heterossexualidade, a promiscuidade e o sexo sem fins reprodutores são considerados anormais e “más” formas de expressão sexual (Robinson, 2016).

Por fim, a homonormatividade é uma estratégia política utilizada dentro das comunidades de minorias sexuais que reforça as instituições heteronormativas (Duggan, 2002). Por outras palavras, indivíduos marginalizados sexualmente podem reclamar pelos seus direitos, afirmando que os gays e as lésbicas são iguais aos heterossexuais, excetuando as atrações e relações pelo/com o mesmo sexo. Para que tais direitos lhes sejam concedidos, as minorias sexuais procuram imitar as práticas heterossexuais, como a monogamia, o casamento, a domesticidade e a reprodução (Robinson, 2016). Porém, este fenómeno acaba por dividir a própria comunidade LGBTQ+. Visto que apenas certos segmentos da comunidade é que assimilam as estruturas heteronormativas e se conformam com os papéis de género congruentes, apenas estes é que são “dignos” de receber direitos e privilégios (Robinson, 2016). Consequentemente, passa a existir uma minoria sexual integrada numa comunidade, por si só, já marginalizada. Servem de exemplos os sujeitos trans ou quaisquer outros que não se conformem com o espetro normativo de género e, no fundo, com qualquer papel instituído pela heteronormatividade. Porém, esta marginalização não regula apenas as pessoas LGBTQ+, acabando por discriminar também outras experiências não-normativas. Enquanto processo sistemático de dominação e exclusão, a hetero e homonormatividade interagem com o patriarcado, o racismo, o sexismo, o imperialismo, a exploração de classe, e outras estruturas opressivas presentes na sociedade (Robinson, 2016).

Seidman (2009) serve-se de uma analogia bastante ilustrativa da homonormatividade. Atualmente, nos setores onde gays e lésbicas se encontram já integrados e “normalizados”, o eixo dominante da hierarquia sexual já não poderá ser a divisão hétero-homo, mas sim “o bom vs o mau” cidadão sexual. Ou seja, o padrão de normalidade sexual irá estipular limites morais que não privilegiam as preferências de género, mas antes a norma de uma relação longa e monogâmica ou de uma noção espiritualizada de amor. A heteronormatividade é uma espécie de aparato de práticas socio-legais, culturais, organizacionais e interpessoais que ditam e reforçam um conjunto de conceções tomadas por garantidas e pré-estabelecidas, relativamente ao sexo e ao género (Kitzinger, 2005), institucionalizando assim a heterossexualidade. Como tal, o heterossexismo funciona como uma ideologia difusa que reflete e reestrutura as várias formas como as sociedades e culturas enquadraram sexualidades, ao rejeitar, denegrir e estigmatizar qualquer comportamento, identidade ou comunidade não-heterossexual (Oliveira et al., 2013). Tudo o que é não-heterossexual presume-se ilegítimo e privado, logo, a

heterossexualidade é pública, legítima e natural. A ideia de que a heterossexualidade é uma predisposição biológica sustenta a proliferação de expectativas sociais e institucionais sobre a homossexualidade, garantido a certas pessoas mais estatuto, poder e privilégio. (Oliveira et al., 2013)

Por último, Rosenfeld (2009) foi mais além e distinguiu duas concepções de homonormatividade:

1. Homonormatividade Pós-Guerra: centrada na construção de uma homossexualidade aceitável, baseada na sua adesão à heteronormatividade, principalmente, na conformidade de género e na aceitação de um privilégio público da heterossexualidade, exigindo que os homossexuais sejam vistos como heterossexuais. Assim, a homonormatividade é vista como a máscara da homossexualidade, para que seja vista como hétero e se torne aceitável;

2. Homonormatividade Neoliberal: implica uma formação normativa que não desafie as instituições e os valores heterossexuais, mas antes, sustente e procure a inclusão nessas mesmas (Duggan, 2003). Associada a valores e práticas neoliberais, a homonormatividade reflete as transformações a nível macro-político nas concepções de igualdade. Por exemplo, o Ocidente tem-se apresentado como precursor no modo como pensa os direitos sexuais, especialmente, ao garantir direitos iguais a gays e lésbicas, criando, de certa forma, a ideia de que se atingiu a plena igualdade através de conquistas legais. Porém, grande parte destas transformações são baseadas no reconhecimento público da privacidade domesticada e despolitizada (Duggan, 2002), consubstanciada no casamento.

Em ambas as concepções, a homonormatividade procura uma formação normativa que torne a homossexualidade mais aceitável numa sociedade heteronormativa. A heteronormatividade, procura a cumplicidade dos indivíduos LGBTQ+, exigindo a sua inclusão dentro do enquadramento da heteronorma, que se torna cada vez menos visível e identificável, facilitando a sua permanência e dificultando a sua resistência. A falta de resistência claramente demonstra como modos de subversão e agência são limitados por discursos normativos (Oliveira, et al., 2013). Estes são caracterizados como tolerantes, mas apenas considerando uma homossexualidade dita “normalizada”, ou seja, congruente com os pilares da heterossexualidade.

Para além destes autores, muitos outros exploraram a hetero e homonormatividade, a partir de diferentes e relevantes ângulos, de entre os quais destaco *Acknowledging/Denying LGBT+ Difference: Understanding Homonormativity and LGBT+ Homogeneity in Flemish TV Fiction through Production Research* (Vanlee, 2019), que aborda a representação *queer* nos media flamencos, analisando o seu olhar homonormativo e, conseqüentemente, assimilacionista. Ainda na representação mediática flamenca, menciono *Understanding Queer Normality: LGBT+ Rpresentations in Millenial Flemish Television Fiction* (Vanlee, Dhaenens & van Bauwel, 2018), onde se exploram as diferenças e perigos da normatividade e normalidade, dentro de uma cultura heteronormativa.

2.1.2 Post-Gay Era

Há quem defenda que as conquistas da comunidade LGBTQ+ têm sido significativas ao ponto de serem igualmente aceites às do grupo dominante – o heterossexual. Porém, há também quem o questione, defendendo que a ideia de inclusão presente nesta era não passa de uma ilusão construída pelo sistema neoliberal ocidental (Duggan, 2002).

A *post-gay era* pode-se definir como uma realidade que se relaciona mais com gays e lésbicas, cujo comportamento sexual se conforma com as normas de género tradicionais (Seidman, 2009). Ou seja, àqueles que associam o sexo a intimidade, o amor a monogamia e, preferencialmente, ao casamento, e ainda, que restringem o sexo a atos privados que exibem capacidades românticas ou carinhosas, excluindo quem não cumpram tais requisitos (Seidman, 2009), tornando-os o arquétipo do “anormal”, do “outro”. Assim, verifica-se que a *post-gay era* procura, na mesma, uma política de assimilação, onde os gays e lésbicas podem viver “fora do armário”, desde que cumpram as normas estabelecidas pelas instituições dominantes (Seidman, 2009). Trata-se, portanto, de uma era que defende a assimilação da heteronormatividade por parte dos não-heterossexuais.

Adicionalmente, pode-se afirmar que as políticas assimilacionistas defendem que a integração aumenta o poder de escolha sobre o modo como se é gay; previne a “guetização urbana”; e reconfigura a divisão público-privada ao permitir a entrada da homossexualidade na esfera pública (Ghaziani, 2011). Por outras palavras, a mentalidade vigente transforma-se, alegadamente, numa conceção de “nós vs eles” para “nós e eles”,

traduzindo a mudança do *versus* para *e*, numa motivação direcionada cada vez menos para o delineamento de limites contra a comunidade dominante e cada vez mais para a construção de pontes entre eles (Ghaziani, 2011). Procura-se, então, um processo de normalização e inclusão que opta por uma estratégia de “desênfase” das diferenças entre as várias sexualidades, silenciando as distinções entre elas (Ghaziani, 2011). Ora, este discurso, na verdade, esconde desigualdades contínuas ao enaltecer os ganhos limitados de alguns segmentos – os que se conformam com a heteronorma – de um grupo historicamente subordinado (Ng, 2013). Cria-se a ideia de que existem gays e lésbicas mais aceitáveis do que outros, e são esses mesmos que devem ter acesso aos direitos concedidos pela classe dominante heterossexual.

A *post-gay era*, de facto, só aceita um certo tipo de “diversidade”, que se entende por um espectro muito limitado de expressão, integrado nos já limitados parâmetros do dito “normal”, que é inteligível e palpável para os heterossexuais e que, simultaneamente, contribui para o objetivo da assimilação (Ghaziani, 2011). A ideia de que as instituições incluem cada vez mais a comunidade LGBTQ+, por exemplo, através da legislação, como é o caso da legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo, parece (e é) um fator benigno e indicador de progresso. Porém, embora seja importante reconhecer a sua importância, as instituições e concepções dominantes permanecem intactas, sem nenhum confronto. A identidade gay e lésbica é relegada ao foro do privado e torna-se despolitizada (Duggan, 2002), levando a que a estrutura de desigualdades sociais que demarca o centro heterossexual da margem LGBTQ+, ainda que simbolicamente reconfigurada, permaneça materialmente intacta. Um bom exemplo da influência das políticas de respeitabilidade/assimilacionistas, através do casamento como ferramenta de aceitação total, encontra-se no artigo de Matt Finley, em *Respectability Politics and the rights of Queer and Transgender People: Critiquing an Obsolete System in the 21st Century* (2020)

Por fim, contrárias às políticas assimilacionistas, as políticas de diversidade defendem que a assimilação é socialmente homogeneizadora, anulando assim a cultura queer que tem sido fonte de invocação cultural. Passa apenas por uma ilusão, visto que o que realmente se verifica é um estado de “igualdade virtual” e a sua perspectiva “triumfalista” minimiza os fortes obstáculos da homofobia e da dominação heterossexual, em matérias de políticas nacionais (Ghaziani, 2011). TehQuin D. Forbes e Koji Ueno procuram reforçar a importância de narrativas resistentes ao discurso *post-gay*, apelando a um

discurso queer, verdadeiramente político, em *Post-gay, Political, and Pieced Together: Queer Expectations of Straight Allies* (2019).

Resumidamente, vive-se uma era de “tolerância” face às minorias sexuais que se conformem o mais possível com as noções dominantes da moralidade da ordem sexual heterossexual – a hetero e homonormatividade.

2.2. Teoria dos Efeitos

O objeto de estudo a analisar irá consagrar uma série de entrevistas de teor biográfico, que passaram nos canais generalistas, feitas a figuras públicas assumidamente LGBTQ+. Apesar do surgimento dos novos media, a televisão permanece um meio de referência nas dinâmicas comunicativas, com novas limitações, mas também novas oportunidades de adaptação a uma “era de convergência”, onde se vive uma profunda transição dos media: os guiões antigos das indústrias mediáticas, assim como os guiões de consumo de conteúdo mediáticos, estão a ser reescritos (Jenkins & Deuze 2008). No entanto, como Gerbner defende, os novos media estendem, e não restringem, o alcance das mensagens televisivas, não alterando significativamente a exposição das audiências à estrutura basilar da televisão (1990). Nesse sentido, os seguintes capítulos irão brevemente expor um enquadramento histórico e teórico da Teoria dos Efeitos, relacionando, assim, o impacto das mensagens dos meios de comunicação nas audiências.

2.2.1 Enquadramento Histórico da Teoria dos Efeitos

A Teoria dos Efeitos baseia-se na premissa de que a sociedade de massas é composta por indivíduos isolados, que reagem isoladamente às ordens e sugestões dos meios de comunicação de massa monopolizados (Wolf, 2006). Embora não haja consenso quanto às fases estruturantes que a compõem, o presente capítulo irá abordar os três estágios que considera mais significativos para a história da Teoria dos Efeitos, cada qual caracterizada por efeitos significantes ou, por oposição, mínimos. No entanto, apesar das diferenças entre cada uma, a sua premissa mantém-se a mesma: “cada elemento do público é pessoal e diretamente atingido pela mensagem” (Wright, 1975, citado por Wolf, 2006). É, portanto, uma abordagem global aos *mass media*, que descarta a diversidade existente

entre os vários meios, concentrando a sua investigação em torno da questão: que efeitos têm os *mass media* numa sociedade de massas? (Wolf, 2006)

A primeira fase deu-se por volta das décadas de 1920/30 e é conhecida por “Teoria Hipodérmica” ou “Teoria das Balas Mágicas”, precisamente porque se pretendia ilustrar que os mensageiros “disparavam” informação para os seus destinatários e que, por sua vez, estes teriam efeitos quase diretos nas massas, através de uma forte propaganda (Borah, 2016). Nesta fase inicial, devido à enorme popularidade da imprensa, os media tinham, de facto, um enorme crédito e legitimidade na construção das opiniões, crendo-se que a sua persuasão fosse quase imediata e linear (Borah, 2016). Porém, mais tarde, veio-se a revelar que a teoria não seria tão verosímil como esperado, exigindo uma releitura mais sofisticada que atendesse às nuances da transmissão de mensagens (Neuman & Guggenheim, 2011).

É a partir desta rotura que se dá a segunda fase, com preponderância do pensamento de Lazarsfeld, que rejeita a hipótese de que os media detenham tamanho poder (De Fleur & Dennis, 1981). A terminologia dos efeitos mínimos adquire relevância aquando da publicação de “Os Efeitos da Comunicação de Massas”, em 1960, da autoria de Klapper, aluno de Lazarsfeld. Recuperando reflexões apresentadas na célebre obra de Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (2021 [1944]), *The People's Choice*, o estudo de Klapper concluiu que apenas uma ínfima fração dos votantes analisados efetivamente alterou as suas intenções de voto, durante a campanha eleitoral, podendo-se daí inferir que as motivações da audiência se devem a crenças previamente instituídas, essas sim, influentes na interpretação das mensagens. Estas seriam discutidas entre líderes de opinião e amigos, conduzindo a uma mediação via *two-step flow*, reforçando, portanto, a ideia dos efeitos limitados. (Lazarsfeld, Berelson & Gaudet, 2021 [1944]; Klapper, 1960; Neuman & Guggenheim, 2011).

Deu-se uma viragem na narrativa dos efeitos limitados a partir dos anos 70, com uma nova geração de académicos a procurarem justificar a própria disciplina e a demonstrar os efeitos significativos dos media, recorrendo a várias novas teorias, através de melhores ferramentas metodológicas e analíticas (Neuman & Guggenheim, 2011). Assinala-se a premissa marcante de McCombs & Shaw (1972) que assume que os media podem não conseguir, de facto, dizer às audiências o que pensar, mas podem, por sua vez, dizer as audiências sobre o que pensar.

2.2.2. Modelos Teóricos Associados à Teoria dos Efeitos

São, efetivamente, vários os modelos que representam a Teoria dos Efeitos e todos eles integram diferentes focos de análise, desde a persuasão dos meios até à passividade ou reatividade da audiência, mantendo uma constante atenção aos efeitos dos seus impactos, sejam estes relevantes ou limitados. Iremos expor brevemente os modelos mais proeminentes ao longo da sua evolução.

Em primeiro lugar, a Teoria da Exemplificação defende que os indivíduos, com o surgimento dos *mass media*, tendem a confiar na informação que lhes é mediada através dos meios de comunicação, ao invés de a procurarem por si mesmos, através do conhecimento empírico (Borah, 2016). Para que tal processo se dê, os processos cognitivos que ocorrem aquando da recolha de informação, baseiam-se em “exemplares” que, por sua vez, estarão mais ou menos presentes na mente do indivíduo, assim como a tendência a categorizar eventos semelhantes, com o objetivo de discernir a informação relevante (Borah, 2016). Para funcionarem como exemplares, os eventos devem compartilhar atributos entre si a um ponto que os torna classificáveis como membros da mesma população de eventos (Zillmann, 2002).

Já a Teoria do *Third-Person Effect* é a perceção individual de que uma mensagem irá produzir um impacto mais forte nos outros do que no próprio (Perloff, 2002). O termo “terceira pessoa” deriva da expectativa de que a mensagem não terá a maior influência em “mim” ou em “ti”, mas antes nos “outros” – as terceiras pessoas. Assim, os indivíduos podem sobestimar os efeitos dos media nos outros, mas subestimar os mesmos em si. (Perloff, 2002).

Por fim, a Teoria da Cultivação, examina as respostas entre todos aqueles com diferentes quantidades de exposição no mundo televisivo (Gerbner, et al., 2002), determinando que aqueles que mais veem televisão, maiores probabilidades têm de percecionar a realidade social como é ilustrada através das “lições” do paradigma televisivo (Gerbner, et al., 2002). Ou seja, serve o termo “cultivação” para descrever as contribuições independentes que o visionamento televisivo traz às conceções da realidade social, podendo-se inferir que quem mais tempo passa a “viver” o mundo da televisão, irá mais provavelmente ver o “mundo real” de acordo com as imagens, valores, retratos e ideologias que emergem das lentes televisivas (Gerbner, et al., 2002). É a partir daqui que surge o conceito de *mainstreaming* - convergência de perspetivas sobre o mundo entre

audiências muito frequentes de televisão de grupos sociais díspares, sendo o maior consumo de televisão fator de aproximação entre cada grupo (Shrum, 2017).

De certo modo, a Teoria da Cultivação acaba por se relacionar com a Teoria dos Efeitos da Violência Mediática, que acredita que o conteúdo mediático violento irá instigar os consumidores a envolverem-se em atos de violência, partindo do pressuposto de que existe uma causalidade entre conteúdo mediático violento e efetiva violência (Borah, 2016).

2.2.3. A Teoria dos Efeitos Limitados

Embora a Teoria dos Efeitos considere os impactos consequentes nos indivíduos provenientes dos media, importa ter em conta que esta perspetiva veio a ser posteriormente balizada. Efetivamente, a teoria dos efeitos limitados considera que os impactos dos media são limitados na sua atuação, obedecendo a uma gradação. Assim, serão, de seguida, analisadas cinco características específicas que justificam as suas restrições.

Em primeiro lugar, consideremos o uso seletivo dos media, que se divide em dois paradigmas: a) o indivíduo apenas atende um número limitado de mensagens em relação à constelação de mensagens que pode, potencialmente, chamar a sua atenção e b) só as mensagens selecionadas pelo indivíduo têm potencialidade de influência (Valkenburg, et al., 2016). Há já 60 anos que se concluiu que as pessoas não atendem aos media aleatoriamente, mas antes focam certas mensagens como resultado de necessidades ou crenças, procurando reforçar as suas predisposições e evitando as suas contradições. Daí a elaboração do paradigma da seletividade na Teoria dos Usos e Gratificações e na Teoria da Seletividade Exposta onde, tal como mencionado anteriormente, se postula que os indivíduos selecionam mensagens em função das suas necessidades e que tal seleção é filtrada por fatores dos mais variados teores (Valkenburg, et al., 2016). Exemplos bastante elucidativos da premissa da perceção e, de certa forma, também do reforço das predisposições encontram-se nos estudos Kurt Lang e Gladys Lang, demonstrando precisamente que a exposição dos indivíduos com ideias preconcebidas às mensagens mediáticas é seletiva, como foi comprovando ao longo dos seus estudos em torno de vários debates políticos norte-americanos: *The Inferential Structure of Political*

Communications: a study in unwitting bias (1955), *Television and The Intimate View of Politics* (1957) e *Polling on Watergate: The Battle for Public Opinion* (1980).

Por fim, importa não esquecer o contributo do modelo de comunicação *Two-Step Flow* que propõe que a influência das mensagens dos *mass media* alcançam, em primeira instância, os “líderes de opinião” que, por sua vez, transmitem a informação que leram ou ouviram aos seus pares do quotidiano, para quem são influentes (Katz, 1957). Aqui, os impactos dos media são transferidos da relação media-sujeito para a relação media-líder de opinião-sujeito, comprovando uma situação de sucesso através da troca de ideias e opiniões entre indivíduos, em detrimento da influência tida como automática e poderosa dos *mass media* (Katz, 1957).

Ademais, os media podem ser condicionados pelas suas próprias propriedades. Por exemplo, a modalidade do meio em questão pode ser limitadora. De facto, McLuhan afirmava que “o meio é a mensagem”, ilustrando que os media afetavam o sujeito mais pelas suas modalidades e não tanto pelo conteúdo entregue (Valkenburg, et al., 2016). No entanto, é natural que as propriedades do conteúdo sejam também um fator a considerar, pois a sua eficácia e atratividade está intimamente associada ao seu tipo de utilizador (Valkenburg, et al., 2016). Por fim, destacam-se as propriedades estruturais, mais relacionadas com os sons, os efeitos visuais, entre outros, que podem chamar a atenção do indivíduo quase de forma reflexiva, embora não seja o suficiente para uma exposição seletiva cimentada. (Valkenburg, et al., 2016)

Por último, os efeitos podem também ser condicionais, ou seja, podem ser enfatizados ou reduzidos através da diferença individual e das variáveis do contexto social. Como Klapper (1960) afirma, os indivíduos têm tendência a, até certo ponto, procurar conteúdo mediático congruente com as disposições e normas que prevalecem nos grupos sociais a que pertencem. Adicionalmente, os efeitos podem também ser transacionais, no sentido em que assumem relações causais recíprocas entre as características dos consumidores, o seu uso de media seletivo, fatores do seu ambiente, e as consequências dos media (Valkenburg, et al., 2016).

2.3. Estudos Culturais

2.3.1 Enquadramento Teórico

Stuart Hall, um dos autores mais proeminentes nos Estudos Culturais britânicos, define os mesmos como a oposição à fórmula base-superestrutura, que define a relação entre forças materiais e ideais, especialmente, onde a base é definida pela determinação do “económico” (McQuail, 2020). Observa, então, que a cultura não é uma prática, nem é simplesmente a descrição da soma dos hábitos e costumes de uma sociedade. Passa por todas as práticas sociais e é a soma das suas inter-relações (Hall, 1980). Assim, os objetivos dos Estudos Culturais passam por definir o estudo da cultura da própria sociedade contemporânea como um campo de análise conceptualmente relevante (Wolf, 2006). Por cultura entendem-se os significados e os valores que surgem e se difundem nas classes e nos grupos sociais, como também as práticas efetivas através das quais esses valores e significados se exprimem e se reproduzem (Wolf, 2006). Deste modo, verifica-se uma transformação na forma de se encarar a questão ideológica presente nos textos mediáticos, procurando-se, desde então, atentar na interpretação por parte da audiência, em vez de se pressupor uma transmissão automática da mensagem de ‘cima para baixo’. (McQuail, 2020)

Com esta nova perceção ideológica e mediática, considera-se que o efeito ideológico da reprodução do sistema cultural, operado através dos *mass media*, é realçado através da análise dos vários fatores que vinculam ou libertam as mensagens, que existem dentro das práticas produtivas (Wolf, 2006). Por sua vez, de tais práticas sobressai o carácter estandardizado e redutor que mais favorece o *status quo*, mas que, simultaneamente, é também paradoxal e variável. Tal dá-se, visto que o comportamento das audiências é guiado por fatores estruturais e culturais que também influenciam o conteúdo dos media (Wolf, 2006). O “efeito ideológico da reprodução do sistema cultural”, assim como o favorecimento do *status quo* mencionados traduzem-se, de forma simples, na atuação da hegemonia. Os Estudos Culturais apropriam-se do termo “hegemonia” de Gramsci, que implica uma situação onde um bloco histórico da classe dominante exerce autoridade e liderança sociais sobre as classes subordinadas, através de uma combinação entre coerção e, acima de tudo, consentimento (Barker, 2004). A centralidade deste conceito para os Estudos Culturais advém, também, da relevância que se atribui ao conflito ideológico, defendendo que é este a arena crucial da política cultural, sendo o equilíbrio das forças medido através do grau de hegemonia na sociedade. (Barker, 2004)

Finalmente, os Estudos Culturais procuram reafirmar a centralidade das criações culturais coletivas como agentes de continuidade social, salientando o seu teor complexo, flexível e dinâmico, não apenas mecânico e residual. Sublinham o facto de as estruturas sociais exteriores ao sistema dos *mass media* e as condições históricas específicas serem elementos fulcrais para a compreensão das suas práticas, destacando a contínua dialética que se verifica entre sistema cultural – conflito – controlo social (Wolf, 2006). Tal como simplificado por Hall, trata-se de analisar quer a especificidade das várias práticas de produção de cultura, quer as formas do sistema organizado e global que essas geram (1980).

Sumariamente, assim como a hegemonia pode ser entendida enquanto estratégia de manutenção de certas crenças e valores e de certo grupo social dominante, a mesma também deve ser considerada como um acordo temporário de uma série de alianças entre grupos sociais que é conquistado, e não determinado (Barker, 2004). Por consequência, a hegemonia é constantemente reconquistada e renegociada, consistindo a cultura um dos seus vários terrenos de conflito entre significados. Não se trata de uma entidade estática, mas antes de um conjunto de discursos e práticas em transformação, intrinsecamente conectados ao poder social, que devido à sua condição de constante resignificação, abre possibilidade ao seu desafio, ou seja, à construção de um bloco contra-hegemónico de grupos e classe subordinados (Barker, 2004).

2.3.2. A Ideologia e a Comunicação

Hall desenvolveu um aprofundado trabalho sobre a ideologia e a teoria da comunicação, onde advoga que existe uma crise no paradigma dominante. O autor denuncia aquilo que considera as fraquezas do paradigma, de onde se destacam as seguintes ideias: verifica-se um esforço teórico para identificar processos, instituições e efeitos que podem ser atribuídos à comunicação, separada das estruturas sociais, económicas, políticas e culturais mais amplas, nas quais os sistemas modernos de comunicação estão indissociavelmente integrados (Hall, 1989). Nesta perspetiva, existe uma tentativa equivocada de constituir a comunicação como uma disciplina autossuficiente, isolando-a assim da teoria e prática do desenvolvimento geral das ciências sociais (Hall, 1989).

Ora, atualmente, mais do que nunca, a comunicação moderna não pode ser concebida como externa ao campo das estruturas e práticas sociais, pois é cada vez mais constitutiva

do seu funcionamento (Hall, 1989). Como tal, o autor defende que as teorias da comunicação têm consolidado as relações de poder e saber dentro das democracias capitalistas e da sua missão global e imperialista. Apesar de não existir alternativa ao paradigma dominante atual, é possível gerar uma transição deste para um paradigma crítico:

Não há uma “mensagem” pré-existente na realidade (...) que a linguagem e outros sistemas de meios de comunicação (...) possam simplesmente transpor para as mentes em branco e as consciências dos seus recetores. O sentido é polissémico na sua própria natureza; permanece indissoluvelmente ligado ao contexto. É capturado e constituído na disputa para “preferir” um entre vários sentidos como o dominante. Esse domínio não está previamente inscrito nas estruturas e eventos, mas é construído através de contínuas lutas em torno de um tipo específico de prática – práticas representacionais. (Hall, 1989, p. 41)

Ou seja, defende-se que o objeto de estudo da comunicação sejam tais práticas representacionais, códigos e sistemas próprios que permitem que exista um significado conferido ao mundo. Logo, o sentido funciona como uma prática e a simbolização como representação do mundo de diferentes modos (Hall, 1989). Estes encontram-se inscritos nas relações e estruturas agindo socialmente, na medida em que podem ser, a partir de práticas culturais, articulados em diversas posições sociais. É necessário, então, ter em vista que o sentido não pode ser conceptualizado à margem da disputa das relações de poder, pois é ele a ferramenta que permite articular o discurso ao poder. Por outras palavras, a teoria da comunicação não consegue ignorar a questão ideológica, pois os meios de comunicação agem no domínio da construção social do sentido (Hall, 1989), e é através desta consciencialização que se poderá dar azo a uma transformação de paradigmas.

Interessante como, ainda que de forma algo distinta, Angela McRobbie coloca a mesma ênfase no impacto ideológico da comunicação, articulando, por várias vezes, as suas teses com as de Hall. McRobbie, em *Jackie Magazine: Romantic Individualism and the Teenage Girl* (1991), procura realizar uma crítica sistémica a mensagens e significados que subjazem a uma certa ideologia, ideologia esta que lida com a construção do feminino. O seu objeto de análise é a revista de sucesso “Jackie”, que surgiu em 1964 e foi a mais vendida do Reino Unido durante 10 anos. A autora defende que o trabalho deste tipo de media envolve enquadrar o mundo de uma certa forma para os seus leitores,

através de técnicas que ampliam a importância dos tópicos por si incluídos e que, assim, se tornam forças ideológicas poderosas. Se já Althusser havia observado que os meios de comunicação eram um aparelho ideológico do Estado, McRobbie exemplifica essa ideia, através de uma revista para jovens adolescentes, que, desde cedo, busca o consentimento das leitoras na ordem dominante, neste caso, ao nível do lazer, consumo e feminilidade, portanto, na cultura. O consentimento aqui exposto é, como justifica Gramsci, a base da hegemonia que mantém o domínio da classe dominante sobre a dominada, não tanto através de forças repressivas e coercivas, mas mais através de estratégias de negociação e persuasão sobre os quadros sociais (Moraes, 2010): “a partir desta posição, o *broadcaster* é concebido como nada mais do que o agente ideológico dos seus mestres políticos”¹ (Hall et al. Citado por McRobbie, 1991: 85).

Concluindo, importa considerar que, tanto para Hall como para McRobbie, as teorias da comunicação não podem ser analisadas enquanto objetos isolados de uma ideologia. É através de códigos amplamente inteligíveis que se assume uma posição e um discurso dominantes, visto que é o sentido que articula o discurso ao poder. No fundo, a comunicação pode servir de ferramenta ideológica perpetuadora uma ordem dominante nas sociedades e culturas, mas também de uma eventual transformação paradigmática.

2.3.3. Codificação e Descodificação

Hall propôs um modelo de codificação e decodificação capaz de ilustrar o atual paradigma dominante. Este traduz-se numa representação do texto mediático localizado entre os seus produtores, que enquadram o seu sentido de uma determinada forma, e a sua audiência, que decodifica o seu significado, de acordo com o seu contexto social e enquadramento de interpretação (McQuail, 2020). Segundo o autor, o mesmo produto cultural pode ser interpretado de maneiras distintas, ainda que um certo significado dominante pareça consolidar-se. Na mesma linha de pensamento, Fiske acrescenta que existem interpretações totalmente diferentes do conteúdo popular mediático entre diferentes subculturas, concedendo possibilidade de escape ao controlo social vigente:

Os significados preferidos na televisão são, geralmente, aqueles que servem os interesses das classes dominantes; outros significados são

¹ Tradução livre

*estruturados em relações de dominação-subordinação (...). O poder da semiótica dos subordinados para criar os seus próprios significados é o equivalente à sua capacidade de evadir, opor, ou negociar com este poder social.*² (1987, p. 126)

Hall propõe este modelo como um circuito contínuo que articula momentos ligados entre si, mas distintos – produção, circulação, distribuição/consumo, reprodução. É na forma discursiva que a circulação do produto se dá, tal como a sua distribuição a diferentes audiências. De seguida, o discurso tem de ser traduzido em práticas sociais, de modo a completar o circuito de forma eficaz. Se não existe “significado”, não existe “consumo”, logo, se o significado não está articulado nas práticas, não surte efeito (Hall, 1973). Por exemplo, no que concerne as estruturas de *broadcasting*, é essencial que estas produzam as mensagens codificadas na forma de discurso com sentido e significado. É necessário que as relações sociais-institucionais passem por um conjunto de regras linguísticas para que o seu produto possa ser realizado. Ou seja, não existe um discurso inteligível sem a operação de um código (Hall, 1973).

Dá-se, então, início a um momento diferenciado, onde as regras formais do discurso entram em dominância. Antes de a mensagem surtir efeito, deve ser apropriada como discurso com significado e ser decodificado com sentido. Noutra determinado momento, a mensagem, através das decodificações, coloca-se na estrutura das práticas sociais (Hall, 1973). Porém, existem códigos imperfeitos e desajustados, produtos de diferenças estruturais na relação entre *broadcasters* e audiência, onde se verifica uma assimetria entre os códigos da fonte e do recetor, no momento da transformação da forma discursiva, resultando em “distorções” que se traduzem nessa falta de equivalência entre as partes (Hall, 1973).

O autor reforça a ideia de que o “conhecimento discursivo” é o produto, não da representação transparente do real na linguagem, mas sim da articulação entre a linguagem em relações e condições reais. De tal modo, certos códigos podem estar tão amplamente distribuídos numa comunidade ou cultura que não parecem ser produto de uma construção. Pelo contrário, são adquiridos “naturalmente”. A operação de códigos naturalizados revela uma enorme profundidade e quase universalidade destes, resultado

² Tradução livre

de uma reciprocidade equivalente entre as codificações e descodificações nas trocas de significados (Hall, 1973).

Qualquer sociedade e cultura tende a impor as suas classificações do mundo político, social e cultural. Estes constituem uma ordem cultural dominante, embora esta seja contestável. Assim, as diversas áreas da vida social são mapeadas em domínios discursivos, organizados hierarquicamente, visto que um texto só poder ser apelativo a várias audiências se houver um enquadramento ideológico comum que todos possam reconhecer e utilizar (Fiske, 1986). Portanto, a interpretação preferida de um texto na cultura de massas deve, necessariamente, almejar uma função hegemónica em favor da dominação cultural (Fiske, 1986). Porém, atente-se que o termo “dominante” não é sinónimo de “determinante”, pois será sempre possível classificar e descodificar um evento que integre outro mapeamento, através de experiências e práticas sociais divergentes das impostas pelas codificações.

É, pois, importante recordar que os processos comunicativos não são sempre exímios, precisamente por serem uma construção e não um processo natural. Assim, Hall (1973) desenvolve três posições que melhor refletem a correspondência não necessária entre codificação e descodificação:

- 1) Posição dominante-hegemónica: quando o consumidor interpreta a mensagem da televisão diretamente e a descodifica nos termos do código em que foi codificado, diz-se que o consumidor está a operar dentro do código dominante, traduzindo-se num caso ideal de “comunicação perfeitamente transparente”. Ainda que os *broadcasters* tenham alguma autonomia através do “código profissional” - a posição que assumem quando codificam uma mensagem que já foi significada numa forma hegemónica – não deixam de reproduzir as definições dominantes. Além disso, são profissionais que se encontram ligados às elites, principalmente, pela sua posição institucional enquanto aparelho ideológico;
- 2) Código Negociado: a definição de uma perspetiva hegemónica passa por a) definir, de acordo com os seus próprios termos, o horizonte mental dos significados possíveis de todo um setor de relações numa sociedade e cultura; b) ser visto como legítimo, pois é contíguo com o que é “natural” na ordem social. Ora, descodificar com a versão negociada contém uma mistura de elementos adaptativos e opostos. Nesse sentido, reconhece a legitimidade das definições hegemónicas, ao mesmo tempo que, de forma mais restrita e situacional, cria as

suas próprias regras. Acorda, portanto, a posição privilegiada das definições hegemónicas, reservando um direito excecional de uma aplicação mais negociada com as “condições locais”. Acredita-se que grande parte das “distorções” e “mal-entendidos” surjam das contradições entre codificações hegemónicas e as descodificações negociadas;

- 3) Código Oposto: o consumidor pode compreender a inflexão literal dada pelo discurso, mas descodifica a mensagem num sentido globalmente contrário. Ou seja, esvazia o sentido da mensagem no código preferido, interpretando-a de forma alternativa, num novo enquadramento.

Conclui-se que, ainda que a posição de codificação tenha algum poder sobre as restantes, não se pode tomar a sua descodificação direta e eficaz por garantida, visto que é possível negociá-la, ou ainda, transformar os significados originais em significados totalmente opostos, a partir de uma simples mudança de enquadramento.

Abordagem Metodológica

3.1. Metodologia

Este estudo propõe-se a proceder de forma dedutiva, ou seja, a partir de teorias já existentes sobre certo domínio, a pessoa investigadora irá deduzir uma ou mais hipóteses que, depois, serão alvo de escrutínio empírico (Bryman, 2012) para validar concordância. A integrar as hipóteses, encontraremos conceitos que deverão ser operacionalizados (Bryman, 2012).

O processo de investigação nem sempre é linear e a perspetiva inicial sobre a teoria pode alterar-se após a análise dos resultados ou a relevância dos dados recolhidos pode mudar de acordo com diversos fatores (Bryman, 2012). Tal leva-nos a sublinhar a noção de que hipóteses refutadas são uma oportunidade, e não um risco. Existe quem defenda até um maior interesse em colocar as teorias selecionadas à prova, por refletir maior maturidade da estratégia metodológica (Silverman, 1993, citado por Bryman, 2012). É este o tom que se deseja imprimir à nossa investigação.

3.2. Objetivos e Hipóteses

Neste estudo dedutivo, iremos recorrer a uma metodologia qualitativa assente em entrevistas previamente realizadas em televisão. Para dar início à investigação, elegeu-se a seguinte questão de partida: “qual o papel atual das figuras mediáticas *queer* na reprodução de um discurso homonormativo, na televisão portuguesa?”. Ou seja, o objetivo geral da investigação procura averiguar se, por um lado, se verifica a presença e reprodução do discurso dominante – a homonormatividade – por parte de figuras mediáticas LGBTQ+ na televisão portuguesa ou se, por outro lado, nos encontramos perante um momento de rotura do paradigma dominante e as figuras mediáticas LGBTQ+ contribuem para essa mesma cisão, ao (re)produzir um discurso que não o hegemónico, na televisão portuguesa. De modo a completar o seu escrutínio, o trabalho conta ainda com dois objetivos específicos:

- a) Que tipo de hierarquias discursivas se encontram na televisão portuguesa?

b) Qual a relação da televisão portuguesa com a homonormatividade?

Para que a questão de partida e os seus objetivos sejam atendidos, é apresentada a seguinte hipótese, formulada após a revisão da literatura:

H1) As figuras mediáticas *queer*, em Portugal, perpetuam o discurso dominante - homonormatividade. Se considerarmos os media enquanto meios de difusão de uma mensagem dominante, então será de esperar que uma minoria não seja capaz de criar uma rotura no paradigma hegemónico.

Importa aqui ter em consideração que uma hipótese, para ser objeto de uma verificação empírica, deve ser refutável (Quivy & Campenhoudt, 2008) e, por isso, deve poder ser testada, admitindo enunciados contrários, teoricamente suscetíveis a verificação (Quivy & Campenhoudt, 2008). É por esse mesmo motivo que, sejam as hipóteses refutadas ou não, a sua relevância se mantém. No caso concreto, comprovar a H1 significaria que a televisão portuguesa serve de catalisador de narrativas estruturantes, tais como a homonormatividade, a favor da ideologia dominante. Porém, caso o mesmo não se verifique, poderemos assumir sinais (embora embrionários) de alguma rotura face ao paradigma dominante, comprovando que é possível romper com a estrutura e a sua ideologia ao descodificar as mensagens hegemónicas de forma crítica. Ou seja, tanto uma como outra situação se revelam pertinentes para a presente investigação.

3.3. Amostragem e Recolha de Dados

Existem dois tipos de amostragem a ter em consideração: as amostras probabilísticas, que se entendem pelo conjunto de unidades de amostras geradas aleatoriamente; e as amostras não-probabilísticas, cuja seleção se baseia no julgamento de quem investiga (Treadwell, 2019). Nas últimas encontram-se integrados vários tipos de amostras, sendo a amostra não-probabilística por julgamento a mais indicada para o caso – foca-se na ideia de que uma pessoa ou conteúdo mediático em específico irão ao encontro dos critérios de quem investiga (Treadwell, 2019). Assim, os critérios definidos para a seleção das unidades de amostra foram os seguintes: 1) ser uma figura mediática da televisão portuguesa; 2) ter assumido a sua orientação sexual publicamente; 3) ter dado entrevistas de cariz biográfico em televisão, nos canais considerados generalistas; 4) ter desenvolvido o tema da sua orientação sexual, ainda que brevemente, nessas mesmas entrevistas.

Tendo tais critérios em consideração, a amostragem do presente trabalho conta com 10 entrevistas, realizadas entre 2012 a 2022: 7 entrevistas a homens gays cisgénero; 2 a mulheres lésbicas cisgénero; uma a um homem bissexual cisgénero³. Todas as entrevistas foram recolhidas online, tendo sido a grande maioria através das plataformas de cada canal. Nos restantes casos, recorreram-se a diferentes sites que disponibilizavam os episódios. De seguida, realizou-se a transcrição das mesmas, com recurso às respetivas ferramentas informáticas, desde o Microsoft Word à plataforma *Transkriptor*, com a respetiva revisão manual das mesmas. Se considerarmos que, em média, cada entrevista tem a duração de 40 minutos, foram transcritos cerca de 400 minutos, equivalentes a 6.67 horas.

Importa ter em consideração que, como se verifica no número de entrevistas realizadas a mulheres lésbicas e homens bissexuais, estas são efetivamente muito poucas quando comparadas às entrevistas realizadas a homens gays. Ora, tal fenómeno pode ser indicador de uma certa “invisibilidade lésbica” e “invisibilidade bissexual”, ilustrando uma tendência que se tem vindo a demarcar ao longo dos anos. O motivo de tal invisibilidade será melhor compreendida nos capítulos seguintes, embora não de forma isolada e aprofundada, mas antes relacionando-a às várias temáticas exploradas.

3.4. Análise de Conteúdo

Wright define a análise de conteúdo como uma técnica de investigação para a classificação sistemática e para a descrição do conteúdo comunicativo, de acordo com categorias pré-determinadas (1986). Acrescenta que as categorias de classificação e análise requerem uma objetividade técnica que seja clara e operacionalmente definida, de modo a que outros investigadores as possam considerar de forma confiável. Do mesmo modo, Berelson resume a análise de conteúdo a uma técnica quantitativa, sistemática e objetiva para descrever o conteúdo manifesto das comunicações (1952). No caso, “quantitativa” refere-se à contagem das ocorrências daquilo que interessa a quem investiga; “sistemático” entende-se pela contabilização de todos os aspetos relevantes da amostra, recusando escolhas arbitrárias de aspetos a analisar; “objetivo” traduz-se na seleção das unidades de análise na sua categorização através de um critério claro e definido; “manifesto” significa tangível e observável, ou seja, que exclua noções abstratas

³ Anexo A

e latentes (Berleson, 1952). No entanto, apesar dos vários apelos a um processo claro e objetivo, uma das maiores dificuldades da análise de conteúdo passa pela rapidez com que se gera um enorme “banco” de dados, devido à sua dependência de prosa, seja em transcrições, documentos, etc. (Miles, 1979). Há quem a considere, portanto, um “incómodo atrativo”, devido à atratividade da sua riqueza de conteúdo, mas dificuldade em proporcionar caminhos analíticos.

Devido a tais dificuldades, existem várias operações de análise de conteúdo de dados qualitativos que visam simplificar a sua exploração, como a análise temática. Esta serve para identificar temas em comum que possam emergir das transcrições das entrevistas. Estes irão ajudar a pessoa investigadora a discernir o que é matéria relevante do que é matéria secundária, embora importe ter em consideração que não existem regras absolutas sobre a codificação, visto que grande parte depende da natureza do material a ser codificado (Berger, 2016). Resumidamente, tal significa que a sua finalidade passa por ordenar e sintetizar os dados recolhidos, construindo um índice de temas centrais e subtemas, através de operações de codificação:

(...) uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o género, com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (...) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos. (Bardin, 1977, p. 117)

Porém, tal como se mencionou anteriormente, este é um processo que não integra regras irredutíveis, pelo que se tomou alguma liberdade no que concerne a exploração das noções em causa. Ao contrário do que refere o autor quando define “conteúdo manifesto” (Miles, 1979), na investigação presente os códigos desenvolvidos integram noções algo abstratas, dada a natureza do material a ser analisado e que remete para categorias definidas a partir da teoria existente. Ainda que sejam conceitos justificados através das respetivas definições operacionais – que utilizam operações e indicadores para definir conceitos, fundamentado como se deve medir algo e como interpretar tal conceito (Berger, 2016) – podem suscitar perspetivas mais subjetivas do que objetivas, gerando diferentes interpretações de um mesmo tema ou código.

Para efeitos de codificação, a presente análise temática recorreu à utilização do programa informático MaxQDA. Em primeiro lugar, o que se procurou categorizar foram os pilares da homonormatividade, ou seja, as bases da heterossexualidade que permitem a sua própria reprodução, até mesmo por membros LGBTQ+. Deste modo, as dimensões de análise propostas foram as seguintes: 1) Normalidade/Naturalidade da Orientação Sexual; 2) Binarismos/Papéis de Género; 3) Casamento e Monogamia; 4) Família; 5) Religião; 6) Políticas de Respeitabilidade. Estas, por sua vez, com a finalidade de distinguir as várias narrativas homonormativas e os seus significados presentes na televisão portuguesa, dividiram-se em vários indicadores, como explicitado na grelha de análise⁴, por forma a responder aos objetivos propostos anteriormente.

Por último, procedeu-se à classificação dos excertos selecionados de cada entrevista, perfazendo um total de 203 códigos. No entanto, 24 destes 203, embora integrados nas dimensões de análise, acabaram por não englobar qualquer indicador, revelando-se irrelevantes para as explorações em questão. Ainda que nas análises mais embrionárias esses 24 excertos tivessem sido considerados, o processo da codificação foi-se afunilando com a finalidade de segmentar cada vez mais os temas em causa. Assim, acabámos por considerar apenas 179 códigos, onde 61 são pertencentes à dimensão Normalidade/Naturalidade da Orientação Sexual”; 26 em Binarismos/Papéis de Género; 19 em Casamento e Monogamia; 18 em “Família”; 14 em Religião; e, por fim, 41 em Políticas de Respeitabilidade.

De seguida, iremos proceder à análise dos resultados de cada dimensão e dos respetivos indicadores, de modo a melhor compreender que significados se podem daí extrair.

⁴ Anexo B

Apresentação e Discussão de Resultados

Este capítulo terá como seu primordial objetivo apresentar os dados recolhidos e a respetiva análise baseada em algumas propostas teóricas, traduzindo possíveis interpretações do que tais leituras significam neste contexto. Deste modo, cada dimensão de análise será correspondente a cada sub-capítulo, embora seja essencial considerar que todas se interseccionam mutuamente, criando muitas vezes relações de causa-efeito entre si⁵. Assim, ainda que se proceda à sua exploração individualmente, é necessário não esquecer que se tratam de pilares cujas relações são interdependentes.

Por fim, serão expostas em cada sub-capítulo ponderações sobre o papel da televisão na rotura ou manutenção do paradigma discursivo dominante, procurando compreender a sua influência sobre o corpo de entrevistados e, conseqüentemente, sobre a mensagem que os próprios reproduzem. Nos capítulos finais, a temática da comunicação será abordada de forma mais aprofundada.

4.1. Normalidade/Naturalidade da Orientação Sexual

A dimensão “Normalidade/Naturalidade” foi a única que contou com mais do que dois códigos. Tendo em conta que foi a dimensão com mais códigos analisados, foi também a que necessitou de uma maior segmentação, levando a que se dividisse entre “aceitação através da imitação” vs “reconhecimento de diferença(s)” e “omissão” vs “dar visibilidade”.

O critério de seleção para esta dimensão de análise passou, desde logo, pela constatação das normas de género “universalmente” aceites que, por sua vez, criam expectativas sociais sobre os papéis de género considerados apropriados a cada sujeito (Oliveira et al., 2014). Ora, a partir destas construções – reproduzidas em instituições e práticas – são formatadas masculinidades e feminilidades enquanto antíteses uma da outra, integrando as características de cada uma como algo “natural” (Oliveira et al., 2014) e como dados pré-adquiridos que fazem parte do que é “normal”, regulando, por consequência, a orientação sexual que se espera que cada um “adquira”. Assim, quando

⁵ Anexo C

se pratica o gênero de acordo com tais normas, fabricam-se identidades que se presumem ser reflexo da biologia e da natureza (Butler, 2004). São estas “normas” e “poderes” que, discursivamente produzidos, regulam o significado do ser humano de forma excludente. É, então, necessário ponderar que a identidade de gênero se encontra intimamente associada à orientação sexual, presumindo que num sistema binário e heterossexual o dualismo entre homem e mulher irá corresponder à heterossexualidade que se espera de ambos enquanto a ação mais “natural”. De tal modo, certos sujeitos continuarão a ser constantemente posicionados fora do escopo da humanidade, tais como pessoas trans, intersexo, *queer* e todas aquelas que não se conformam com as normas de gênero e orientação sexual dominantes, sendo colocadas repetidamente à margem (Butler, 2004).

No primeiro segmento, a “aceitação” contabiliza-se quando o sujeito considera a homossexualidade um assunto tão natural e normal como a heterossexualidade, acreditando que esta se reduz à atração de pessoas do mesmo gênero, descurando as restantes componentes da heterossexualidade enquanto instituição, levando-a a assimilar e, acima de tudo, a imitar os comportamentos e valores heterossexuais sem qualquer reticência, como é explicitado por um dos indivíduos:

(...) Foi a única coisa que eu disse publicamente: “o Rui é a pessoa mais importante da minha vida a seguir a minha mãe”. E a partir daqui está tudo dito, não estando nada dito. (...) São dois homens que partilham a mesma casa e que partilham uma vida em comum. É uma coisa natural, não há aqui outra coisa senão dois homens, um chama-se Manuel Luís o outro Rui. E, portanto, quando as coisas são vividas com esta naturalidade e com esta normalidade, a minha sexualidade só a mim é que diz respeito. (Manuel Luís Goucha, 2018)

Já o “reconhecimento de diferença(s)” trata-se do reconhecimento, por parte do indivíduo, da marginalização da homossexualidade enquanto realidade necessária para a manutenção da normalidade heterossexual, não procurando, assim, assimilar nem imitar os seus valores e práticas. Pelo contrário, ambiciona reconhecer e respeitar as diferenças entre os indivíduos e as suas orientações e identidades sexuais:

E - Em que medida é que uma certa, como lhe chama “tirania da normalidade”, a modificou ou motivou?

AZ - Sobretudo motivou. Sempre me questioneei bastante acerca do que é considerado como uma ideia aceite por todos e por aquilo que é normal, ou por

aquilo que é suposto ser. Porque não de outra forma? Somos tantos, somos tão variados, temos tantas formas de sentir e de pensar. Porque não dar espaço a essa multiplicidade de formas de viver, de estar, de olhar as coisas. O que há de mais encantador na vida é precisamente a variedade, e normalizá-la não me faz qualquer sentido. (Ana Zanatti, 2012)

Neste caso, contabilizaram-se mais situações de reconhecimento de diferenças – 29 – do que de uma aceitação através da imitação – 11 – o que, por sua vez, pode ilustrar uma tendência resistente à ordem perpetuada pelas instituições dominantes. Os entrevistados que mais excertos tiveram codificados no primeiro indicador foram Manuel Luís Goucha e Rui Maria Pêgo, embora apenas com 3 excertos cada. Já no segundo, foi Ana Zanatti que mais excertos integrou – 8 – seguida de Pedro Crispim com 6 e José Carlos Malato com 5.

Finalmente, na disputa “omissão” vs “dar visibilidade”, o primeiro conta com 11 codificações contra 10 do segundo. No caso concreto, a noção de visibilidade entende-se pela crença de que quanto maior a visibilidade do tema e dos sujeitos LGBTQ+, maior será a sua possibilidade de aceitação por parte da ordem dominante. Já a sua omissão poder-se-á dever à falta de conforto e segurança, de acordo com as diferentes esferas ou, até mesmo, à ideia de que não é necessário a realização de um “coming out”, perpetuando assim o estigma atual relativo a sujeitos LGBTQ+. Estes resultados, quando colocados em comparação com os códigos anteriores podem ser interpretados de forma pouco congruente, visto que uma maior tendência a resistir à ordem social seria mais conivente com a atuação de visibilidade, ao invés da omissão das diferenças. No entanto, importa ter em consideração que existe apenas uma codificação a dar vantagem à preferência pelo código “omissão”, tornando a diferença de resultados pouco acentuada. É interessante notar como em ambos os casos é o mesmo sujeito que mais excertos integra codificados – Rui Maria Pêgo com 5 códigos em cada – ainda que seja perceptível uma posição mais “pró” visibilidade do que o oposto:

O gesto é importante, porque o gesto torna visível. (...) A tónica da visibilidade é muito importante... estarmos aqui os dois tem importância, mesmo que nós não queiramos, tem sempre importância, porque estamos a falar de coisas no canal aberto. (Rui Maria Pêgo, 2020)

(...) Eu nem gosto muito da expressão “sair do armário”, porque tem sempre esta lógica de um segredo que está a ser partilhado. (Rui Maria Pêgo, 2020)

Ou seja, se “ser normativo é compactuar com um conjunto social de ideias que são inquestionáveis e que se presumem essenciais e imutáveis” (Vipond, 2015, p. 23), conseqüentemente, ser queer equivale a ser “não normal”. Ainda assim, paradoxalmente, se a normatividade é o modo como definimos a nossa relação com o normal, então a heteronormatividade necessita da existência queer para que o seu eixo de “normalidade” se mantenha. Por outras palavras, como defende Foucault, a normatividade é um termo que advém de uma forma científica de classificar pessoas e grupos em relação a um centro que se presume “normal” (Fielding, 2020). Assim, conclui-se que, segundo a amostra em questão, a maioria não compactua com as noções dominantes de normalidade e normatividade, verificando-se uma maior aceitação das diferenças entre sujeitos. No entanto, existe um maior número de referências à “omissão” dessas mesmas diferenças (ainda que não muito significativas), abrindo espaço a um pequeno paradoxo entre tendências.

Numa dinâmica comunicativa, ao criar um paralelismo com a teoria de Codificação e Descodificação de Hall, é possível deduzir que a mensagem hegemónica não foi decodificada de modo totalmente perfeito nem transparente. Verifica-se antes um caso de “código negociado”, onde se reconhece a legitimidade das concepções hegemónicas, mas, em simultâneo, criam-se novos parâmetros mais restritos e situacionais, conduzindo a possíveis novos horizontes mentais. Por outras palavras, no primeiro segmento verifica-se uma presença mais relevante de um discurso contra-hegemónico, fugindo assim ao “consenso” (Flynn, 2019) amplo sobre as concepções consideradas “naturais” da homonormatividade. Por sua vez, no segundo código, embora com uma vantagem quase nula, a ideia dominante da “omissão” é prevalecente.

4.2. Binarismos/Papéis de Género

A dimensão “Binarismos/Papéis de Género” contou com dois códigos, sendo o seu critério de divisão reduzido a uma distinção valorativa mais positiva ou negativa. Assim, o código “aceitação da não assimilação de papéis de género” entende-se pela aceitação e/ou atuação de comportamentos que não se conformam com os papéis de género atribuídos aos sujeitos, ou seja, agir de forma mais “masculina” enquanto alguém que é

percecionado como “mulher” ou vice-versa. Por sua vez, a “marginalização devido à não assimilação de papéis” significa precisamente o oposto, verificando-se discriminação e estigma perante aqueles que não atuam de acordo com os papéis de gênero que lhes são atribuídos. Aqui, foram aferidos 9 códigos no primeiro indicador, contra 17 do segundo, revelando uma diferença relativamente substancial entre eles – 8.

Como afirma Butler numa das suas ideias-chave:

(...) “As pessoas” só se tornam inteligíveis ao assumir um gênero que se conforme com padrões reconhecíveis de inteligibilidade de gênero. (...) A “coerência” e a “continuidade” da “pessoa” não são traços lógicos ou analíticos das pessoas, mas normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas. Na medida em que se assegura a “identidade” mediante conceitos estabilizadores de sexo, gênero, e sexualidade, questiona-se a própria noção da “pessoa” pela emergência cultural desses seres com gênero “incoerente” ou “descontínuo” que parecem ser pessoas, mas que não correspondem às normas de gênero de inteligibilidade cultural por que se definem pessoas. (Butler, 2017, p. 78-79)

Por outras palavras, as normas de gênero traduzem-se em expectativas sociais de papéis considerados apropriados a cada gênero e na sua reprodução em instituições e práticas (Oliveira, et al., 2014). É a partir daqui que se constroem masculinidades e feminilidades enquanto polos opostos, sendo que a existência de um depende da existência do outro, integrando o masculino e o feminino como parte da natureza, recusando assumir um envolvimento social, cultural ou político (Oliveira, et al. 2014). É esta dicotomia essencialista de gênero que constitui a ordem contemporânea ocidental e dominante, onde a hierarquia de gênero valoriza a masculinidade em detrimento da feminilidade.

A partir do momento em que a maioria dos excertos segmentados constitui o código referente à marginalização do sujeito, pode-se aferir que tais papéis ainda se encontram bastante consolidados no que concerne o meio em questão. Neste caso, Cláudio Ramos e José Carlos Malato mencionam 5 vezes essa estigmatização face a uma não correspondência de papéis de gênero. Cláudio Ramos afirma, várias vezes, uma expectativa por parte da família que ia sempre ao desencontro dos seus comportamentos, por não ser “másculo” o suficiente:

(...) houve uma altura em que a minha mãe e o meu pai tiveram uma fábrica de blocos e tijolos e eles queriam é que eu construísse casas ou fosse arquiteto ou alvanéu ou pedreiro, qualquer coisa. No entender deles que fosse mais másculo, não os envergonhasse... (Cláudio Ramos, 2015)

(...) eu fazer televisão, para o meu pai, não era um sonho, era uma mariquice qualquer. (Cláudio Ramos, 2015)

De modo semelhante, Malato foi discriminado por não agir dentro dos padrões “masculinos” desejados, atuando, pelo contrário, com comportamentos considerados mais “femininos”:

M - Portanto, eu era um miúdo muito sensível, podemos chamar-lhe assim, de uma forma eufemística, era um miúdo muito sensível, era um miúdo que não gostava de desporto, que preferia a companhia das raparigas, que tinha alguns tiques meio efeminados... Portanto, que não tinha, digamos-

E - O padrão que os pares queriam para chamar para as atividades.

M - ... que os rapazes tinham. Portanto, eu passei, a partir logo do início do quinto ano, a ser excluído, a ser discriminado, e era uma coisa a que eu não estava habituado (...) (José Carlos Malato, 2019)

O género é, de facto, uma performance (Butler, 2017). Cada um é posicionado dentro da ordem de género com “guiões específicos de atuação”, que integram regras, políticas, crenças, ideias e definições do que significa ser esse mesmo género, numa certa sociedade, num certo momento e num certo contexto (Oliveira et al., 2014). O excerto seguinte demonstra de forma evidente como estes “guiões” se encontram enraizados, até para membros da própria comunidade LGBTQ+ (atente-se à referência a um “papal” desempenhado pelo próprio sujeito):

Sempre tive a minha sexualidade muito bem resolvida, de um lado e de outro. Eu não acredito na bissexualidade. Eu achava que era hétero, percebes? Dava-me bem naquele papel, entendia-me naquele papel. Quando eu me apaixono é que eu descubro que há outra coisa, que essa coisa de prazer sexual coincidia com o que eu pensava, que eu até ali não tinha experimentado. (Cláudio Ramos, 2015)

A descrença defendida por Cláudio Ramos em relação à bissexualidade vem, uma vez mais, reforçar os binarismos de género. Como um bissexual não coincide com um “guião”

claro relativamente à sua atração sexual – não é hetero, nem homossexual -, torna-se uma identidade produzida à “margem”, constituindo o “outro”, sublinhando o carácter hierárquico das normas de género estabelecidas pela ordem dominante (Connell, 2002). Portanto, certos grupos marginalizados, um pouco mais privilegiados, são permitidos dentro das instituições dominantes, enquanto que outros, ligeiramente diferentes, continuam a ser excluídos ou apresentados com a rejeição da transformação das instituições, de acordo com as suas necessidades (Cohen, 1999). Este é um excelente exemplo de uma combinação clara entre a homonormatividade e as políticas de respeitabilidade, exploradas no sub-capítulo 3.6.

Resumindo, pode-se concluir que o presente código se alinha com a tese de Butler, comprovando uma maior estigmatização do que aceitação de diferentes papéis de género. O género mantém-se a “esterilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos” (2017, p. 105) – papéis de género – “num quadro regulador altamente rígido” (2017, p. 105) – as instituições e práticas sociais, culturais, políticas e económicas – “que cristaliza com o tempo para produzir a aparência de substância de uma espécie natural de ser” (2017, p. 105) – a naturalidade e ideia pré-determinada com que se aceitam as normas de género construídas socialmente.

Assim, ao contrário do que se verificou na primeira dimensão, o discurso hegemónico encontra-se fortemente presente, inferindo que, neste caso, os mapas cognitivos que a televisão procura ativar são as imagens estereotipadas – os papéis de género. São utilizados para legitimar a visão dominante, de tal modo que esta seja tida como natural, ao invés de construída (Álvares, 2014), consolidando assim a ideologia dominante.

4.3. Casamento e Monogamia

“Casamento e Monogamia” contou com dois códigos distintos – o primeiro relacionado com as “desconstruções das concepções tradicionais” da instituição que é o casamento e a monogamia, e o segundo, por sua vez, com o seu “reforço”. Este indicador parte do princípio que o casamento é apoiado por noções internalizadas de propriedade, dominação e apropriação dos corpos, assim como a ideia de fidelidade exclusiva à monogamia, marginalizando outras possibilidades (Butler, 2004). Sustentados por tais concepções, os discursos liberais têm encontrado no casamento entre pessoas do mesmo sexo uma plataforma para garantir benefícios económicos, ao mesmo tempo que privatizam ainda mais o domínio familiar, regulando cada vez mais as relações não-

heterossexuais (Oliveira et al., 2014). Resultado destes esforços encontra-se nos casamentos homossexuais, que idealizam o casamento como modalidade de amor romântico e de intimidade, acabando por subjugar outros modelos relacionais e de interdependência (Duggan, 2012).

Deste modo, o que se pretende é compreender se existe maior tendência para assimilar as noções tradicionais e conservadoras do casamento e da monogamia ou se, por outro lado, se verifica a sua desconstrução e questionamento. No caso, averiguou-se uma maior propensão a reforçar as conceções tradicionais – 16 – contra apenas 3 codificações da sua desconstrução, traduzindo-se numa discrepância algo elevada – 13. Os que mais referiram um reforço de tais noções foram Cláudio Ramos e Marco Delgado, cada um com 4 codificações. Atente-se, por exemplo, um excerto que hiper-romantiza as conceções da monogamia, onde se integra a ideia de um amor singular, quase dependente, onde o ideal é viver de acordo com as vontades da pessoa parceira:

É uma coisa que eu não sei se vai voltar a existir, que é tu querereres só o bem de uma pessoa. Viveres em função de uma pessoa, porque te entendes muito bem, porque encontras aquela coisa foleira (...) “da alma gémea”, nas viagens, nos gostos, nas conversas, no sexo, em tudo, e sentes-te profundamente feliz. (Cláudio Ramos, 2015)

No entanto, de forma paradoxal, embora Marco Delgado seja um dos que mais apela a esse reforço tradicional, constitui uma intervenção que revela alguma abertura para o contrário, posicionada no código da desconstrução:

Eu acho que o amor tem diversas formas de se exprimir, digamos assim. E não tem que ser sempre o mesmo tipo de amor. Eu tenho um fascínio pelo indivíduo e por aquilo que o indivíduo representa, não tem nada a ver com a parte sexual, portanto, o amor pode ser esse fascínio também. (Marco Delgado, 2017)

Observa-se que existe uma maior tendência para assimilar as práticas tradicionais do casamento e, conseqüentemente, da monogamia. Ainda que se deva celebrar o avanço que traduz a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo, o mesmo também significa que a sua assimilação por parte de certos membros LGBTQ+ poderá relegar os que não se integram nestes ideais, sem qualquer tipo de proteção social, legal e/ou económica (Finley, 2020), permitindo a formação de mais uma ferramenta assimilacionista da promoção da homonormatividade (Oliveira, et al., 2014).

Uma vez mais, a ideia do casamento e monogamia enquanto noções integrantes daquilo que é entendido como “senso comum” (First, 2016) é bastante evidente, verificando-se um discurso pouco contra-hegemónico. Sendo esta dimensão uma das mais “tradicionais” nas sociedades ocidentais, será de esperar que a exposição mediática de tais temas seja feita de forma a que se renovem valores e crenças do mesmo teor. (Álvares, 2014)

4.4. Família

Do mesmo modo que na dimensão “Casamento e Monogamia”, a “Família” concerne dois códigos com lógica semelhante à que foi apresentada anteriormente. Assim, procurou-se distinguir uma “desconstrução” ou um “reforço” das conceções tradicionais da família, visto que esta engloba uma série de valores mais convencionais na forma quase universal em que se define. Ou seja, as visões dominantes de amor, carinho e intimidade pretendem que os sujeitos criem uma vida social em direção ao corolário mais normativo da família, onde não existe a promiscuidade, mas sim a monogamia e a estabilidade (Oliveira et al., 2014). É esta economia heterossexual que nos conduz a uma economia política e cultural de afetos, onde se verifica uma hierarquização da validação de emoções, sendo os mais privilegiados aqueles que foram criados dentro de uma perspetiva monolítica de família (Oliveira et al., 2014). Logicamente, tal não significa que não deva existir uma pluralidade de modalidades heterossexuais de parceria, mas é antes demais urgente desconstruir o mito da família nuclear. Lehr traduz esta necessidade da seguinte forma:

Está na altura de, para aqueles que se encontram fora das comunidades com uma história familiar alternativa, parar de utilizar a linguagem da família politicamente, desafiando as seguintes ideias: 1) existe uma conexão essencial entre pessoas, devido à sua identidade sexual; 2) as famílias são essencialmente espaços de proximidade emocional, em vez de instituições definidas socialmente onde o poder opera; e 3) que as conexões familiares são preferíveis a outros tipos de compromissos de proximidade (1999, p. 75-76)⁶

⁶ Tradução livre

Ainda assim, observou-se em maior número um reforço das ideias enumeradas por Lehr, e não tanto o seu desafio, contabilizando 11 segmentos a favor do reforço tradicional das concepções familiares, contra 7 relacionados com a sua desconstrução. Ao contrário do que se averiguou na dimensão anterior, a diferença entre os códigos não é tão acentuada. Não obstante o número reduzido de codificações, foi Flávio Furtado quem mais fomentou o “mito da família nuclear”, com 3 referências. No entanto, é curioso assinalar uma passagem de Diogo Infante, onde se torna bastante clara uma certa “pressão” colocada sobre o filho, no que concerne a manutenção de uma família:

DI – E já lhe disse que quero netos e quero netas e-

E - Estás a brincar? (risos)

DI - Não! Mas estou a brincar porquê? Eu disse-lhe “vê lá se me arranjas uns netinhos!”

E - Isso é pressionar!

DI - Não, mas digo meio a brincar, meio a... (risos)

E - Não é nada! Isso é horrível, isso é pressão! (risos) (Diogo Infante, 2021)

Contrapondo, Ana Zanatti foi quem mais recorreu a um discurso desconstruído da norma familiar clássica, com 5 codificações nesse sentido. A própria descredibiliza a universalidade com que se atribui importância à família, dando novos sentidos aos laços de consanguinidade:

As pessoas gostam-se, muitas vezes pelos seus laços de consanguinidade, mas na verdade será que se conhece bem aquela pessoa que temos à frente? Será que gostamos mesmo daquela pessoa? Será que o pai e mãe gostam mesmo da pessoa que nós somos? (...) Será que os pais não querem, muitas vezes, moldar os filhos à sua própria imagem? (...) Será que respeitam? Acho que nem sempre. E acho que nós nem sempre respeitamos o que é a forma de estar na vida dos pais. Também queremos que eles sejam de outra forma (...) (Ana Zanatti, 2012)

Zanatti refere ainda que não é mãe, crendo que “não havia espaço dentro de mim suficiente para eu dar à criança o amor e o tempo que ela necessitava e, portanto, não fui para a frente com essa ideia”, desafiando, uma vez mais, um dos pilares da família nuclear – a ideia da procriação e da maternidade. Além disso, menciona a necessidade de

apresentar às crianças a diversidade de famílias que hoje em dia podem existir, lamentando a “clandestinidade” de muitas delas (tendo em conta que a entrevista é prévia à lei que permite a adoção por parte de pessoas do mesmo sexo, em Portugal).⁷ Afirma não compreender, por fim, que “uma mulher, porque é homossexual, não possa ter uma gravidez medicamente acompanhada”.

Neste caso, embora os testemunhos de Zanatti sejam bastante completos considerando o desafio às normas do mito da família nuclear, é a única que se destaca consideravelmente no código “desconstrução”, face à totalidade dos 11 segmentos do “reforço tradicional”, dispersos por muitos mais intervenientes – 7 – comprovando o domínio da narrativa. Novamente, verifica-se o consentimento de estereótipos hegemónicos reproduzidos pela televisão que, ao se basearem na reconstituição de mapas cognitivos tão familiares, legitimam a ideologia dominante do significado de família, mantendo assim o seu *status quo*.

4.5. Religião

No que concerne à dimensão “Religião”, procurou-se decifrar se a Igreja, enquanto instituição base da homonormatividade, tem apresentado progressos quanto à sua aceitação face à homossexualidade – código “igreja assimilacionista” - ou se, ao invés, se mantém algo reticente, assentando os seus pilares em práticas e ideais tradicionais de família e amor – código “igreja conservadora e tradicional”.

A necessidade de integrar esta dimensão parte da assunção que muitas religiões começaram por definir a homossexualidade como um pecado contrário à vontade de Deus e, ainda, como uma doença capaz de destruir a saúde moral dos cidadãos (Wilcox, 2001). Aquando de algumas conquistas dos direitos sexuais e de género, muitos grupos cristãos se mobilizaram em torno da oposição à homossexualidade e à igualdade de género, fundamentando-se na ideia de que tais fenómenos iriam destruir o mundo, a família e a moralidade (Barton, 2012). Em resposta a tais grupos homofóbicos, certos movimentos gays e lésbicos cisnormativos adotaram uma posição de assimilação –

⁷ Lei n.º 2/2016: Elimina as discriminações no acesso à adoção, apadrinhamento civil e demais relações jurídicas familiares, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 7/2001, de 11 de maio, à primeira alteração à Lei n.º 9/2010, de 31 de maio, à vigésima terceira alteração ao Código do Registo Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 131/95, de 6 de junho, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 121/2010, de 27 de outubro

homonormatividade. Em vez de procurarem uma política de oposição aos padrões cristãos de moralidade, o poder da homonormatividade fez com que os mesmos adotassem os comportamentos de “respeitabilidade” branca, de classe-média, monogâmica, patriarcal e doméstica, independentemente da sua relação com a religião (Mathers et al., 2018). Naturalmente, tal assimilacionismo traduziu-se em conquistas exclusivas a certos membros da comunidade, marginalizando, por exemplo, pessoas trans e/ou bissexuais, que continuam a ser alvo de demonização por parte da religião (Mathers et al., 2018).

É curioso apontar como esta foi a única dimensão que contabilizou o mesmo número de codificações em ambos os códigos – 7 – dificultando, assim, o encadeamento de uma conclusão. No caso de uma “igreja assimilacionista”, Rui Maria Pêgo e Inês Herédia contam ambos com 3 segmentos, restando Manuel Luís Goucha com apenas 1. Por oposição, na “igreja conservadora e tradicional” é José Carlos Malato quem mais menções contabiliza, seguido também de Pêgo (2) e Herédia (1).

Relativamente ao primeiro código, Rui Maria Pêgo faz referência à Rádio Renascença, uma rádio católica onde trabalhou que, ao contrário do que o próprio julgava, sempre se demonstrou bastante tolerante em relação à sua orientação sexual:

Tinha medo na rádio, porque achei que podia ser despedido. Claro que não fui, porque não é por ser uma rádio católica que eles não são sérios, e pelo contrário, deram-me ainda mais visibilidade (...). (Rui Maria Pêgo, 2020)

Também Inês Herédia refere por várias vezes a posição de uma Igreja que acredita ser cada vez mais progressista, não descurando séculos de história repletos de crenças conservadoras:

O Papa João Paulo II começou um bocadinho esse percurso e o Papa Francisco está, sem dúvida, a continuá-lo, não é? (...) Até transgénero já recebeu no Vaticano, portanto acho que já estamos a fazer um caminho. Mas é um caminho duro, isto são séculos e séculos de história, portanto não é de um momento para o outro tu mudas a igreja. (Inês Herédia, 2021)

Já no segundo código, assinala-se a menção que Malato faz à sua infância, onde desde cedo lhe foram incutidos valores religiosos que, mais tarde, se revelaram incompatíveis com a sua existência LGBTQ+ e que, conseqüentemente, o levaram a desistir da doutrina Testemunhas de Jeová:

Não, nenhum de nós é testemunha de Jeová. Eu, a partir dos 18 anos, com a minha autodeterminação, quer dizer comecei a perceber partir dos 16, 17 anos, ainda com algumas incursões, por... algumas tentativas de, digamos... de ter namoradas ou de, enfim, perceber se dava ou ver se era bom (risos), a ver se conseguia, a ver sei lá... Mas, de facto, não era esse o meu caminho. (José Carlos Malato, 2019)

Inês Herédia faz uma afirmação de extrema importância, onde é nítida a influência e resistência da igreja face a membros LGBTQ+:

IH - Eu acreditava mesmo que ia para o inferno se fosse gay. Acreditava mesmo nisto.

E - Mas quem te fez acreditar nisso?

IH - Séculos e séculos numa igreja muito patriarcal e muito conservadora e castigadora, de onde eu acho que cada vez mais estamos a sair. (Inês Herédia, 2021)

Embora se tenha observado um “empate” de codificações, a ideia que parece mais consolidada passa por uma Igreja que vai acompanhando (ainda que gradualmente) as mudanças do mundo contemporâneo, em direção a uma política mais tolerante e respeitadora das diversas sexualidades e identidades. Porém, tal tendência pode-se traduzir, como referido anteriormente, numa postura assimilacionista onde se espera que sejam imitadas as relações românticas e sexuais 1) de apenas um tipo ao longo de toda a vida; 2) com apenas uma pessoa ao longo de toda a vida e focando-se nos princípios da instituição do casamento; e 3) centrando-se na reprodução e na família nuclear (Mathers et al., 2018). Ou seja, que a aceitação de membros da comunidade LGBTQ+ sirva, na mesma, para inculcar os valores base cristãos da família e do casamento, traduzindo esta era de “tolerância” de minorias sexuais numa era de máxima conformação da ordem social e moral dominante do cristianismo por parte daquelas. (Mathers et al., 2018)

Relativamente ao papel deste empate nas reflexões discursivas, recorramos a Gramsci, que defende que o Estado engloba dois mecanismos de controlo: os do próprio Estado, entendidos como o controlo e a coerção, e os da sociedade civil, que operam na esfera privada, criando consenso através da hegemonia que constrói as instituições sociais e culturais (First, 2016), sendo uma destas a Igreja. Deste modo, será de esperar que os media, no caso a televisão, procurem representar uma instituição tão influente de forma

significativa para as audiências, gerando consenso através da disseminação de símbolos e representações o menos dissidentes possíveis, criando assim uma realidade simbólica congruente com a realidade política e social atual (First, 2016).

4.6. Políticas de Respeitabilidade

A última dimensão de análise, mas também uma das mais extensas, integra as “Políticas de Respeitabilidade”. Estas entendem-se pelos comportamentos que as minorias adotam, de modo a serem vistas como mais “respeitáveis” pelo grupo dominante, fazendo com que este lhes estenda os seus direitos e proteções (Finley, 2020). Por outras palavras, tais grupos sociais devem apresentar-se como merecedores de respeito por parte da classe dominante, procurando inclusão no sistema existente, sem exigir mudança nas normas atuais (Finley, 2020).

Inúmeras vezes verifica-se que as políticas de respeitabilidade criam um dualismo entre a escolha pela legitimidade acordada pelas instituições dominantes *vs* a escolha pela proteção das minorias mais vulneráveis. Ora, tal opção implica divisões dentro da própria comunidade, separando os membros considerados “respeitáveis” dos membros “não-respeitáveis” – “os outros” (Finley, 2020). Deste modo, surge uma “marginalização secundária” (Cohen, 1999), visto que a doutrina só apoia aqueles capazes de alcançar tal respeito, descurando qualquer possibilidade de reforma sistémica – algo que seria crucial para o reconhecimento de que a conceção atual de direitos não serve todas as minorias de forma igual – reforçando a crença de que o sistema opera com sucesso e de forma correta. (Finley, 2020)

Nesse sentido, foram criados dois códigos por forma a discernir a assimilação de tais comportamentos – “assimilação da heteronorma” – ou o seu desafio – “desafio à heteronorma”. Neste caso, “a assimilação” contou com 29 significativas codificações contra 12 segmentos respeitantes ao “desafio”, perfazendo uma diferença substancial entre elas – 17. Rui Maria Pêgo é quem mais se destaca no primeiro código, contando com 8 excertos, porém, é o mesmo que mais codificações engloba no segundo código – 4. Na “assimilação da heteronorma” verifica-se uma distribuição relativamente semelhante entre os indivíduos, sendo que em 7 destes se encontra uma variação de codificações entre 2 a 4, com a exceção de Marco Delgado – apenas 1 – e Flávio Furtado sem nenhuma. Por sua vez, no “desafio à heteronorma”, excetuando Pêgo, examina-se

uma variação menor do que no código anterior, contando com 1 a 2 codificações, sendo estas distribuídas por apenas 5 pessoas entrevistadas.

Começando pelo código “assimilação da heteronorma”, destaca-se a afirmação de Goucha que procura justificar a aceitação pública da sua sexualidade por se ter “dado ao respeito”. Esta expressão ilustra como o próprio escolheu integrar-se nas normas comportamentais dominantes, consciente ou inconscientemente, acreditando que tal facilitaria a sua aceitação no seio hegemónico:

E - Estavas-me a contar que tinhas ido à missa (...) e que uma senhora já de idade te abordou e (...) repara que está lá o Rui e diz “ai não, só um bocadinho, deixa-me ir cumprimentar o senhor Rui” e dizias-me tu, “isto é respeito”. É indiferente se a relação é heterossexual ou homossexual, indiferente. É o respeito. Eu nunca mais me esqueci desta história.

G - Porque me dou ao respeito.

E - Porque te dás ao respeito. Mas passaste a ser um homem mais livre, a partir do momento em que assumes a tua homossexualidade?

G: Mas eu assumi sempre com grande naturalidade. (Manuel Luís Goucha, 2018)

Não só o meio em que a situação se dá – a missa – e a referência à “naturalidade” com que o entrevistado assume a sua homossexualidade, demonstram a interdependência entre todas as dimensões e significam, acima de tudo, a presença inegável de políticas de respeitabilidade. Adicionalmente, relembre-se a afirmação de Cláudio Ramos na dimensão “Binarismos/Papéis de Género”, onde o próprio invalida a existência da bissexualidade, servindo de exemplo a uma “marginalização secundária”, logo, também a uma atitude assimilacionista. No mesmo sentido, Diogo Infante e, curiosamente, também o entrevistador, neste caso Manuel Luís Goucha, assumem uma assimilação da heteronorma da seguinte forma:

DI - Portanto, eu não sou porta-estandarte de nenhum movimento, seja ele de que natureza for, bom, enfim...

E - Isso é muito interessante, porque eu também não sou. Porque eu integro-me numa sociedade em geral e não me guetizo. Isto é mal entendido, nomeadamente, por uma certa comunidade LGBT. Porque é que não és porta-estandarte de coisa alguma?

DI - Porque eu acho que, involuntariamente, eu já sou. Ou seja, ao estar aqui a falar sobre este assunto. (Diogo Infante e Manuel Luís Goucha, 2021)

A recusa em demonstrar pública e politicamente a defesa dos direitos LGBTQ+ vai ao encontro das expectativas das políticas de respeitabilidade, visto que é desejável que se mantenha a sexualidade na esfera privada e que as diferenças entre sujeitos sejam esbatidas o máximo possível, por forma a alcançar a alegada integração na ordem heterossexual. No seguinte excerto, ainda que englobados no primeiro código, a postura adotada é de lamento pela assimilação de tais comportamentos. Tal deve-se a uma necessidade de sobrevivência por parte do entrevistado, onde omitir comportamentos não normativos em prol de comportamentos julgados “normais” seria uma estratégia mais segura, num meio discriminatório e opressivo:

Eu comecei a mudar a minha atitude e a minha maneira de ser. Ou seja, naquela altura- sim, porque eu tinha que tentar fazer uma espécie de sùmula para poder viver, porque senão não conseguia (...), porque eu tinha planos para mim e para o futuro, e então tentei modificar a minha maneira de ser. Então punha-me ao espelho... epá é uma coisa incrível... isto sozinho, ao espelho, a tentar não falar com as mãos assim, a tentar ter uma voz mais grossa (...). (José Carlos Malato, 2019)

De outro modo, atente-se a forma como a seguinte questão é colocada pelo entrevistador sobre o “coming out” de Ana Zannati, adjetivando-o como “coerente e digno”, enaltecendo assim a discrição que própria adotou sobre o assunto, lamentando a curiosidade alheia de certos órgãos da imprensa:

E: Quando falou de homossexualidade não temeu que isso pudesse acontecer? Apesar de o ter feito de forma muito coerente e digna. (Ana Zannatti, 2012)

Finalmente, Pedro Crispim sintetiza, de certa forma, o significado da assimilação das políticas de respeitabilidade:

(...) O mundo é assim. Nós todos, mesmo inconscientemente, vamo-nos adaptando para sermos parte de uma tribo, de uma indústria. Para pertencer, não é? (Pedro Crispim, 2022)

Por último, no código “desafio da heteronorma”, a maior parte das codificações referem uma aceitação das diferenças entre sujeitos e as suas sexualidades e identidades,

adotando uma tónica que, ao invés de as procurar atenuar e reduzir ao mais “heterossexual possível”, aceita-as enquanto distintas, independentemente da sua integração (ou não) na heteronorma, até mesmo quando tal implica acentuar a diferença de “nós” e “eles” para “nós” vs “eles”:

Acho que sim. Posso ter sido posta em causa, muitas vezes (...). Ou por amigos ou até pelos meus próprios pais. Por ser de determinada forma, de não ser daquela que é suposto ser, leva a que as pessoas nos ponham em causa (...). (Ana Zanatti, 2012)

A partir de determinado momento (...) eu comecei a perceber que, de facto, era maricas. E, portanto, comecei a perceber que, de facto, eu não era exatamente como eles, e isso, ao invés de fazer com que eu tivesse vontade de me mutilar ou vontade de fazer mal a mim próprio por não conseguir e por não ser, comecei a desenvolver um certo orgulho (...). (José Carlos Malato, 2019)

Na minha cabeça, a minha própria ansiedade - que na altura não sabíamos se calhar definir o que era - era de não pertencer. Mas essa é uma altura em que ninguém pertence, de facto, não é? E depois percebemos com o tempo que não é assim tão fixe pertencer a nada, porque nós é que temos de trilhar o nosso próprio caminho e descobrir o nosso fio condutor. (Rui Maria Pêgo, 2020)

O seguinte excerto aborda a forma como o filho de Diogo Infante, por ter sido desde cedo “sujeito” a diferenças perante o “normal”, aceita-as facilmente:

Ele nunca manifestou um desconforto, pelo contrário, desde muito pequeno... quando nós vivemos num ambiente, cuja realidade é um bocadinho diferente da dos demais, seja por que razão for, nós passamos a olhar para os outros, eu acho, com mais tolerância, com mais capacidade de encaixe. (...). E, portanto, ele já tem tantas diferenças, e teve que aprender a gerir tantas diferenças, que isso eu acho que o molda. (Diogo Infante, 2021)

Depreende-se, portanto, que embora existam posições que fortemente se integram no “desafio” à ordem heterossexual, a grande maioria, de forma consciente ou não, reproduz comportamentos assimilacionistas de modo a encontrar um acesso mais fácil aos privilégios do grupo hegemónico. É realmente mais simples defender direitos pré-existentes do que discutir a criação de novos direitos que possam ser percecionados como

“não respeitáveis” (Duggan, 2002). Daí se conclui que as políticas de respeitabilidade são, muitas vezes, uma questão de privilégio, seja por motivações de sobrevivência ou alheamento, criando falsas noções de unidade no movimento LGBTQ+, quando é evidente o segmento que obtém acesso a privilégios da classe dominante. Na amostra em questão, todos os homens gays são brancos, de classe média alta, existindo apenas duas mulheres lésbicas e um homem bissexual num total de 10 entrevistados, sem mencionar sequer a falta de representatividade trans e de outras identidades e/ou sexualidades, classes e etnias.

Repetindo o padrão que se verificou ao longo das anteriores dimensões, comprova-se um discurso consensual em torno das políticas de respeitabilidade, com poucos indícios de um discurso de ruptura. No capítulo seguinte iremos abordar o impacto destes mesmos discursos ao longo dos dados analisados, com especial enfoque na Teoria da Cultivação e nas propostas de Stuart Hall.

Mensagem enviada com sucesso?

O presente capítulo irá servir-se da análise de dados prévia para explorar o papel da televisão, neste caso, em relação à influência das mensagens e discursos hegemónicos. Para tal, iremos abordar o conceito de hegemonia e ideologia abordados por Gramsci e Hall, de modo a, mais adiante, os relacionar com a Teoria da Cultivação e a proposta de Codificação e Descodificação, englobada nos Estudos Culturais.

5.1. Hegemonia e Ideologia

Anteriormente, no sub-capítulo 2.3.2. “A Ideologia e a Comunicação”, foi demonstrado como Hall explora as relações de poder estabelecidas pelos media e o modo como assim reforçam o paradigma atual. No entanto, este pode entrar em rotura e dar origem novas narrativas, ainda que, para que tal se suceda seja necessária uma consciencialização dos processos ideológicos a que estamos sujeitos. É a partir daqui que importa considerar a hegemonia gramsciana.

Para Gramsci, a hegemonia é a forma através da qual a classe dominante retém poder sobre os seus subordinados com o seu consenso (Fenton, 2018). Ao contrário da ótica marxista, Gramsci transfere o ênfase da questão económica para a temática política e cultural, advogando que são estas que legitimam o estatuto do proletariado, e não tanto as instituições militares, judiciais e policiais (Flynn, 2019). Consideremos a estratificação social – esta é dependente de discursos hegemónicos consensuais na sociedade civil (Jones, 2006), e é através de uma consolidação subtil de ideias na psique subalterna que a dominação de classes se dá (Flynn, 2019). Esta subtil cimentação de crenças acontece, por exemplo, nos meios de comunicação, considerados por Althusser um aparelho ideológico do Estado, como já observámos anteriormente no caso da revista “Jackie” (McRobbie, 1991). Assim, dando seguimento à perspetiva gramsciana, podemos considerar os media um dos mecanismos de controlo do estado, no caso, os mecanismos da sociedade civil, que constroem as instituições sociais e culturais (First, 2016). Ora, não terão sido os resultados obtidos com este trabalho uma pequena prova de que essa subtilidade existe, gradualmente cimentando valores e crenças hegemónicas - a homonormatividade -, através de ferramentas ideológicas - a televisão?

Como foi explorado anteriormente, apenas um indicador contou com valores “contra-hegemónicos”, como foi o caso do “Reconhecimento de Diferenças”, na dimensão “Normalidade/Naturalidade da Orientação Sexual”. Nos restantes, apenas a dimensão “Religião” contou com um empate de valores nos seus indicadores, sendo que todas as outras dimensões contabilizaram um maior número de segmentos coniventes com a narrativa hegemónica da homonormatividade. Porém, será de questionar tais resultados quando se tratam de figuras LGBTQ+ a reproduzir valores que, de certa forma, colocam em causa a sua identidade e orientação sexual.

Anteriormente, fez-se referência à ideia de que as mensagens e os códigos produzidos num meio são indissociáveis de um contexto, de uma cultura e de uma sociedade. Ou seja, não é possível implantar mensagens em consciências “limpas”, “em branco”, visto que o sentido destas mesmas se encontra inscrito em representações do mundo, de acordo com o que tem maior ou menor significado para os sujeitos em questão (Hall, 1981). Há, portanto, um significado preferido e dominante, embora “(...) esse domínio não [esteja] previamente inscrito nas estruturas e eventos, mas é construído através de contínuas lutas em torno de um tipo específico de prática – práticas representacionais” (Hall, 1981, p. 41). É partir de aqui que podemos criar um paralelo entre heteronormatividade - código dominante/preferido, visto ser este o mais amplamente inteligível, articulando-se simultaneamente com a ordem de poder dominante. É de tal forma um código com um sentido tão reconhecido e poderoso, que é tido como “natural”, em vez de construído, levando, no caso concreto, os próprios entrevistados LGBTQ+ a reproduzir esse mesmo discurso, muitas vezes incongruente com a sua existência enquanto figuras *queer*. Trata-se, então, de uma subtil, mas eficaz, operação hegemónica.

5.2. Teoria da Cultivação

Como se procurou justificar inicialmente, as várias teorias integrantes da Teoria do Efeitos contam com um amplo espectro de tendências, sendo estas divididas entre quem defendo o poder influente dos media e os seus consequentes impactos nas audiências e, por outro lado, o reconhecimento da agência dos espectadores na forma como absorvem os efeitos provenientes dos media, atenuando a sua influência (Teoria dos Efeitos Limitados). São, de facto, abordagens essencialmente distintas que não encontram consenso entre si. Porém, no presente trabalho e perante os resultados da sua análise,

justifica-se uma propensão à primeira, partindo do pressuposto que os meios de comunicação, no caso a televisão, tiveram e têm impactos significativos no modo como constroem e divulgam a sua narrativa às massas. Assim, iremos de seguida explorar a Teoria da Cultivação e o modo como se enquadra nos resultados encontrados.

A Teoria da Cultivação foi brevemente analisada no capítulo 2.2.2. “Modelos Teóricos Associados à Teoria dos Efeitos”. Esta entende-se pela teoria que aborda o papel da televisão na forma como molda as perceções, crenças e atitudes das audiências (Shrum, 2017). Ou seja, resume-se à relação entre a quantidade de tempo que os espectadores passam a ver televisão e as crenças que esses mesmos têm sobre o mundo, conjecturando que quanto mais se vê televisão, mais as crenças sobre o mundo de quem a vê irá refletir as narrativas dominantes que a mesma transmite. (Shrum, 2017)

Gerbner, um dos principais percursores da Teoria da Cultivação, defende dois aspetos a assinalar. O primeiro concerne a forma como as mensagens da televisão formam um sistema coerente de ideias, ou seja, o *mainstream* da nossa cultura (Gerbner, 1990). Por outras palavras, a cultivação, enquanto processo cultural, relaciona-se com enquadramentos de conhecimento coerentes e conceitos gerais que são cultivados através da exposição ao mundo orgânico da televisão, independentemente da seleção individual do espectador, devido a uma uniformidade base do paradigma televisivo (Gerbner, 1990). A exposição repetitiva e estável a estas componentes estruturais televisivas tende a cultivar imagens estáveis da sociedade e do próprio indivíduo.

Tomemos como exemplo a dimensão “Binarismos/Papéis de Género”, cujos resultados demonstraram uma maior estigmatização do que aceitação de diferentes atribuições e performances de tais papéis. Não poderemos associar esta tendência a padrões que são reforçados pela televisão, precisamente por serem aqueles que mais sentido fazem a nível simbólico e representativo? Se “a cultura é o processo simbólico que cultiva padrões comportamentais duradouros essenciais à socialização humana” (Gerbner, 1990, p. 261), então a televisão, enquanto *mainstream* cultural central, coeso e difundido, pode cultivar padrões comportamentais relativamente compactos e coerentes (Gerbner, 1990). De certa forma, a televisão procura dar às audiências mensagens codificadas que estejam o mais alinhadas possível com os mapas cognitivos de grande maioria - mapas estes adquiridos previamente, através de processos de socialização (Álvares, 2014) – logo, irá reforçar a “naturalidade” com que, desde a nascença, se aceita

a agressividade, dominância e força como características masculinas, e a passividade, submissão e sensibilidade como as características femininas:

Quando o conteúdo de broadcasting e cabo televisivo sistematicamente retrata as mulheres associadas a certos papéis sociais em detrimento de outros, os primeiros assumem uma aura de naturalidade e verdade, acabando por se consolidar dentro dos signos da economia de género prevalecente. (Merskin 2007, p. 135, citado por Álvares, 2014)

Conclui-se, portanto, que a Teoria da Cultivação coloca uma grande ênfase na reprodução da estrutura de poder estabelecida, sendo que os valores e crenças cultivados pelos meios de comunicação são aqueles que existiam a priori na sociedade (Gerbner, 1983). Esta renovação de valores é, no fundo, um retrato de estereótipos capazes de alcançar o maior número possível de espectadores, através do efeito *mainstreaming*, vistos como consensuais para a maioria (Álvares, 2014). Este consenso faz-nos retomar o conceito de hegemonia gramsciana, pois gera-se uma estratégia de controlo social de consenso, cujas representações são normalizadas devido a um reforço de particulares definições de certa identidade social, contribuindo assim para a legitimação das ideias da cultura dominante (Merksin, 2007). Porém, será possível criar narrativas que escapem a tal controlo social de consenso, produzindo novos valores, baseados em novos mapas cognitivos e narrativas?

De acordo com a nossa amostra, ainda que bastante limitada, verificamos que grande parte dos discursos integram o enquadramento dominante, suscitando um interessante efeito de “bola de neve”, onde os entrevistados, enquanto figuras mediáticas, contribuem para a reprodução das narrativas prevalecentes, ao mesmo tempo que são vítimas das próprias, não só enquanto objeto da temática em questão, mas também como eventuais espectadores. Ainda assim, é assinalável a presença de indicadores contra-hegemónicos em todas as dimensões, sendo mais significativos nuns casos do que noutros. Tal tendência pode-se traduzir numa capacidade de rotura do paradigma geral, originando a possibilidade de transformações significativas, com base na apresentação de produtos conflituosos com as representações hegemónicas, conduzindo a novas representações simbólicas, e conseqüentemente, mentais. Como defendia Eco (1979), a televisão, com a finalidade de se tornar popular, tem de ampliar o seu alcance a uma grande diversidade de audiências e, de modo a ser escolhida por estas, necessita de ser um texto aberto. Ora,

é nesta abertura de texto que se devem concentrar as possíveis oposições às mensagens preferidas e dominantes, tal como se verificou nos dados anteriores.

5.3. A Possível Rotura

O modelo de Codificação e Descodificação serve de ilustrador do paradigma dominante. Embora o mesmo produto cultural possa ser interpretado de maneiras distintas, existe sempre um significado que se estabelece em detrimento de outros. A análise de resultados serviu esse mesmo propósito, procurando identificar quais as narrativas dominantes mais presentes no paradigma televisivo e, conseqüentemente, na cultura e sociedade portuguesas. No entanto, como foi explorado anteriormente, houve sinais de crise paradigmática. Ou seja, o padrão de interpretações preferidas, que integram uma ordem ideológica e institucional, foram colocados em causa. Significa isto que a mensagem enviada, no momento de descodificação, foi negociada ou até mesmo posicionada no polo oposto ao intencionado, após o seu envio.

A posição dominante-hegemónica verificou-se em 102 códigos, traduzindo-se numa interpretação da mensagem direta por parte do consumidor, descodificada nos termos em que foi codificada, dando-se um caso de uma “comunicação perfeitamente transparente” (Hall, 1981). Porém, analisaram-se 77 códigos ou “negociados” ou “opostos”, descodificando as mensagens de forma apenas parcialmente hegemónica ou, por fim, num sentido totalmente contrário (Hall, 1981). Se considerarmos que qualquer sociedade e cultura procura impor as suas classificações do mundo em todas as diferentes esferas, podemos perceber os 77 segmentos como uma tentativa de imposição de novas e alternativas classificações, neste caso, da forma como se aceita a naturalidade e normalidade da orientação sexual, abraçando as diferenças das várias identidades e orientações, sem procurar omiti-las, ou ainda, do modo como se reconhece a performatividade que implicam os papéis de género, compreendendo que estes não passam de uma construção que nos é inculcada desde sempre. Ainda, o modo como o casamento e a monogamia, a família e a religião são instituições base de todo um sistema heterossexual secular que, na sua génese, não tolera moldes alternativos aos seus valores e crenças conservadores, acabando por marginalizar todos aqueles que não se enquadram nos seus cânones altamente irredutíveis. E, por fim, uma alternativa a todas as políticas que subjazem a heterossexualidade e os seus pilares, desafiando uma assimilação, em

grande parte advinda de motivos de sobrevivência, para que o sujeito *queer* consiga não viver à margem dos direitos a que, precisamente, tem direito.

Gramsci defendia que a melhor forma de resistir à ordem ideológica dominante seria através do bom senso, que a par com o senso comum constrói o consenso, logo, a hegemonia (First, 2016). Deste modo, o senso comum é o mecanismo que reconstrói a ideologia dominante e a cultura, sendo o bom senso aquele que as pode desconstruir (First, 2016). Porém, gerar bom senso implica gerar práticas do quotidiano subversivas, estando, portanto, ao alcance de qualquer grupo social (First, 2016). Assim, se considerarmos que as diversas subculturas e grupos sociais numa sociedade são definidos apenas pelas suas relações (possivelmente opostas) com os centros de dominação, também os múltiplos significados de um texto popular nessa sociedade podem ser definidos apenas pelas suas relações (possivelmente opostas) com a ideologia dominante (Fiske, 1986). Embora se tenha verificado um enquadramento ideológico comum nas mensagens produzidas, de modo a que estas fossem reconhecidas e reproduzidas pela maioria, um número significativo de segmentos escapou à mensagem preferida e dominante:

*Existe sempre um excesso de significado que escapa ao controlo do dominante e, por isso, fica disponível para que o subordinado cultural o possa usar para os seus próprios interesses político-culturais. A motivação para utilizar o excesso semiótico em particular, possivelmente para servir propósitos subculturais opostos, deriva das diferenças entre as experiências socioculturais dos produtores e dos leitores.*⁸ (Fiske, 1986, p. 403)

Independentemente dos cânones ideológicos e textuais, o dominante e o seu oposto estarão sempre presentes, em simultâneo, tanto no texto como nas suas interpretações, sendo que a leitura preferida nunca será totalmente controlada pelo dominante. Como tal controlo jamais será pleno, as subjetividades nunca poderão ser produzidas pela narrativa hegemónica por si só – caso contrário, a transformação social seria impossível. (Fiske, 1986). É aí que se encontram os excessos semióticos que permitem ao leitor descodificar a mensagem de forma, eventualmente, subversiva, criando significados para si próprio que se relacionem com as suas próprias experiências e posições culturais, servindo os seus interesses, e não os da classe dominante.

⁸ Tradução livre

Segundo os resultados analisados, verifica-se uma indústria televisiva governada pelo senso comum, na sua generalidade, ou seja, pelos códigos hegemónicos. Todavia, começa a deixar-se notar algum desafio praticado pelo bom senso, refletindo uma leitura de códigos insurgente. Tais sinais podem servir de catalisador a uma possível rotura socio-política, numa sociedade hetero e homonormativa. Nesse sentido, alguns dos entrevistados podem ser vistos como agentes pioneiros de novas realidades que poderão vir a revitalizar o senso comum prevalecente, dando origem a novos significados e, assim, a paradigmas alternativos - onde as pessoas *queer* não necessitam de assimilar comportamentos heterossexuais para serem (mais) aceites e onde tal normatividade não é constantemente repetida, e portanto, naturalizada, pela televisão, enquanto aparelho ideológico do Estado, no sentido althusseriano do termo.

Conclusão

De acordo com o que foi investigado, é seguro concluir que existem diferentes papéis na reprodução de um discurso homonormativo, por parte dos vários sujeitos entrevistados. Muitas vezes, verificou-se que o mesmo entrevistado tanto poderia reproduzir os cânones hegemônicos como, logo a seguir, poderia contrariar com outra narrativa, adotando uma postura irreverente e subversiva. Porém, averiguou-se também que existem tendências mais presentes em certas temáticas e até mesmo em certos sujeitos, tornando possível uma leitura relativamente clara sobre os temas mais enraizados, praticamente tomados enquanto naturais, sendo, portanto mais difíceis de desconstruir, assim como a distinção entre os indivíduos que mais ou menos reproduziam esses discursos (muitas vezes, inconscientemente). Assim, não se pode depreender uma conclusão de modo totalmente inequívoco, embora se possa inferir maior propensão a uma reprodução do discurso homonormativo, por parte da maioria das figuras LGBTQ+ entrevistadas, na televisão portuguesa.

Na análise realizada, foi possível verificar algumas hierarquias relativamente às dimensões mais ou menos dominantes. Em primeiro lugar, assinala-se uma grande predisposição a assimilar a heteronormia no que concerne as “Políticas de Respeitabilidade”, tendo sido este o indicador que mais códigos contabilizou. Porém, também o reconhecimento e aceitação das diferenças entre os diversos indivíduos, integrado na dimensão da “Normalização/Naturalidade da Orientação Sexual”, contou com 29 segmentos, gerando uma controvérsia de domínios, entre normativa e insurgente, nas narrativas mais presentes. Por fim, os “Binarismos/Papéis de Género”, o “Casamento e a Monogamia”, assim como a “Família” foram, por ordem decrescente, os discursos que mais se verificaram, todos eles com a prevalência da ideologia dominante. Apenas a “Religião” contou com um empate de codificações, embora se possa postular uma tendência para reconhecer a sua influência opressora nas vivências LGBTQ+, acreditando que esta se tem vindo a transformar nos últimos anos.

Finalmente, concluiu-se que a televisão portuguesa integra, na sua generalidade, uma relação de reprodução das narrativas homonormativas, servindo de catalisador ideológico, ao gerar mensagens transparentes, cuja codificação e descodificação é quase inequivocamente hegemónica. Através de textos tão clarividentes, torna-se mais fácil e direta a influência da televisão no modo como as audiências percecionam a realidade, visto que esta é muito pouco incongruente com as suas relações e vivências sociais. Ao

assumir que o que é retratado reflete de forma conivente as crenças pré-estabelecidas dos indivíduos, estas reforçam-se ao serem ilustradas tão “naturalmente” na televisão. No entanto, importa não descurar as codificações não-normativas que se encontraram, podendo as mesmas sinalizar uma eventual crise paradigmática, através de leituras opostas às mensagens preferidas e hegemónicas, suscitando novo espaço para criar interpretações alternativas e subversivas. Tal possibilidade deve servir de esperança a uma panorâmica mais progressista das vidas *queer*, ambicionando uma existência cada vez mais livre e digna.

Limitações

A presente dissertação conta com uma série de limitações que devem ser assinaladas, de modo a acautelar a informação que aqui se encontra recolhida e explorada.

A começar pela estratégia metodológica adotada, importa notar que o facto de as entrevistas não terem sido conduzidas por quem redige o trabalho, logo, sem um guião dirigido de acordo com as temáticas que se pretendiam explorar limita, de antemão, o escopo de informação que se procura analisar. Houve entrevistas que, inevitavelmente, focaram mais ou menos as temáticas pretendidas, levando a que algumas destas tivessem tido muito pouco material relevante para a análise de conteúdo.

Em segundo lugar, a dimensão da amostra limita as conclusões daqui retiradas, não sendo estas significativas o suficiente para alterar o paradigma dos temas analisados, devendo ser consideradas apenas como exploratórias ou, no limite, como pequeno ponto de partida para futuras investigações ou trabalhos. Além disso, certas entrevistas datam de há alguns anos, o que pode ter tornado alguns dados recolhidos menos verosímeis ou até mesmo desatualizados, como se chegou a verificar numa das intervenções indicadas.

Finalmente, ainda que tenha sido mencionado brevemente, a verificação de falta de representatividade lésbica e bissexual (para não mencionar a de muitas outras identidades e sexualidades *queer*) seria merecedora de muito mais atenção. Porém, devido ao limitado número de páginas permitido para a produção da dissertação, foi necessária alguma contenção na exploração de tal temática, não tendo sido possível prestar-lhe o devido interesse.

Referências Bibliográficas

- Álvares, C. (2014). Gendered Media Representations beyond Television: Charting Stereotypes Then and Now. *Quaderns del CAC* 45, vol. XXII (5-12)
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. EDIÇÕES 70.
- Barker, C. (2004). *The sage dictionary of cultural studies*. SAGE.
- Barton, Bernadette. (2012). *Pray the Gay Away: The Extraordinary Lives of Bible Belt Gays*. New York: New York University Press.
- Berelson, B. (1952). *Content analysis in communication research*. New York, NY: Hafner.
- Berger, A. (2016). *Media and communication research methods: an introduction to qualitative and quantitative approaches*. (4th Ed.) Thousand Oaks: SAGE Publications
- Borah, P. (2016). Media Effects Theory. Em G. Mazzoleni (Ed.), *The International Encyclopedia of Political Communication* (1.a ed., pp. 1–12). Wiley. <https://doi.org/10.1002/9781118541555.wbiepc156>
- Bryman, A. (2016). *Research Social Methods*. Oxford University Press
- Butler, J (2017) “Problemas de Género”. Orfeu Negro: Lisboa
- Butler, J. (2004). *Undoing gender*. New York: Routledge
- Cohen, Cathy J. (1999). *The Boundaries of Blackness: AIDS and The Breakdown of Black Politics*. Chicago and London: University of Chicago Press.
- Connell, R. W. (2002). *Gender*. Cambridge: Polity Press.
- De Fleur, M. L., & Dennis, E. E. (1981). *Understanding mass communications*. Boston: Houghton Mifflin
- Duggan, L. (2002). The New Homonormativity: The Sexual Politics of Neoliberalism. In R. Castronovo, D. Nelson & D. Pease (Ed.), *Materializing Democracy: Toward a Revitalized Cultural Politics* (pp. 175-194). New York, USA: Duke University Press. <https://doi.org/10.1515/9780822383901-008>
- Duggan, L. (2012). *Beyond marriage: Democracy, equality, and kinship for a new century*. The Scholar and Feminist Online. Retrieved from <http://sfoonline.barnard.edu/a->

[newqueer-agenda/beyond-marriage-democracy-equality-and-kinship-for-a-new-century](#)

at January, 18, 2013.

Eco, U. (1979). *The role of the reader: Explorations in the semiotics of texts*. Bloomington: University of Indiana Press

Fenton, J. (2018) Putting old heads on young shoulders: Helping social work students uncover the neoliberal hegemon. *Social Work Education* 37(3): 1–14.

Fielding, D. M. (2020). Queernormativity: Norms, values, and practices in social justice fandom. *Sexualities*, 23(7), 1135–1154. <https://doi.org/10.1177/1363460719884021>

Finley, M. (2020). *Respectability Politics and the Rights of Queer and Transgender People: Critiquing an Obsolete System in the 21st Century*.

First, A. (2016) Common Sense, Good Sense, and Commercial Television. *International Journal of Communication* 10(2016), 530–548

Fiske, J. (1986) Television: Polysemy and popularity, *Critical Studies in Mass Communication*, 3:4, 391-408, DOI: 10.1080/15295038609366672

Fiske, J. (1987) *Television Culture*. London: Methuen.

Flynn, S. (2019). Revisiting hegemony: A Gramscian analysis for contemporary social work. *Irish Journal of Sociology*, 29(1), 77–96. <https://doi.org/10.1177/0791603519884201>

Forbes, T. D., & Ueno, K. (2020). Post-gay, Political, and Pieced Together: Queer Expectations of Straight Allies. *Sociological Perspectives*, 63(1), 159–176. <https://doi.org/10.1177/0731121419885353>

Gerbner, et al., (2002). *Growing Up With Television: Cultivation Processes*. In J. Bryant & D. Zillmann (Eds.), *Media effects: Advances in theory and research* (pp. 43–67). Mahwah, NJ: Erlbaum.

Gerbner, G. (1983) “The Importance of Being Critical - in One’s Own Fashion”. *Journal of Communication*. Vol. 33 , num. 3, 355-362

Gerbner, G. (1990) Epilogue. In Signorielli, N., & Morgan, M. (1990). *Cultivation analysis: New directions in media effects research*. Sage.

Ghaziani, A. (2011). Post-Gay Collective Identity Construction. *Social Problems*, 58(1), 99–125. <https://doi.org/10.1525/sp.2011.58.1.99>

- Hall (1989). A Ideologia e a Teoria da Comunicação. In Dervin B. *Rethinking communication*. Sage Publications.
- Hall, S. (1973) Encoding and Decoding in the television discourse. Discussion Paper. University of Birmingham, Birmingham.
- Hall, S. (1981). Notes on deconstructing the popular. In R. Samuel (Ed.), *People's history and socialist theory* (pp. 227-239). London: Routledge & Kegan Paul.
- Hall, S., Hobson, D., Lowe, A., & Willis, P. (Eds.). (1980). *Culture, Media, Language: Working Papers in Cultural Studies, 1972-79* (1st ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203381182>
- Jenkins, H., & Deuze, M. (2008). Editorial: Convergence Culture. *Convergence*, 14(1), 5–12. <https://doi.org/10.1177/1354856507084415>
- Jones, S. (2006) *Antonio Gramsci*. London: Routledge
- Katz, E. (1957). The two-step flow of communication: An up-to-date report on an hypothesis. *Public Opinion Quarterly*, 21(1, Anniversary Issue Devoted to Twenty Years of Public Opinion Research), 61. <https://doi.org/10.1086/266687>
- Kitzinger, C. (2005). Heteronormativity in Action: Reproducing the Heterosexual Nuclear Family in After-hours Medical Calls. *Social Problems*, 52(4), 477–498. <https://doi.org/10.1525/sp.2005.52.4.477>
- Klapper, J. T. (1960). *The effects of mass communication*. Free Press.
- Lang, G. E., & Lang, K. (1955). The inferential structure of political communications: A study in unwitting bias. *Public Opinion Quarterly*, 19(2), 168. <https://doi.org/10.1086/266559>
- Lang, G. E., & Lang, K. (1957) Television and the intimate view of politics, *Journal of Broadcasting*, 1:1, 47-55
- Lang, G. E., & Lang, K. (1980). Polling on Watergate: The battle for public opinion. *Public Opinion Quarterly*, 44(4, Polls and the News Media: A Symposium), 530. <https://doi.org/10.1086/268621>
- Lazarsfeld, P., Berelson, B. & Gaudet, H. (2021 [1944]) *The People's Choice: How the Voter Makes Up His Mind in a Presidential Campaign*, Legacy Edition. Columbia University Press

Lehr, V. (1999). *Queer family values: Debunking the myth of the nuclear family*. Philadelphia: Temple University Press.

Lisboa: Gradiva

Mathers, L. A. B., Sumerau, J. E., & Cragun, R. T. (2018). The Limits of Homonormativity: Constructions of Bisexual and Transgender People in the Post-gay Era. *Sociological Perspectives*, 61(6), 934–952. <https://doi.org/10.1177/0731121417753370>

McCombs, M. E., & Shaw, D. L. (1972). The agenda setting function of the mass media. *Public Opinion Quarterly*, 36, 176–187.

McQuail, D. M., & Deuze, M. (2020). *McQuail's media and mass communication theory*. SAGE Publications.

McRobbie, A. (1991). Jackie Magazine: Romantic Individualism and the Teenage Girl. In: *Feminism and Youth Culture. Youth Questions*. Palgrave, London. https://doi.org/10.1007/978-1-349-21168-5_5

Merskin, D. (2007) “Three Faces of Eva: Perpetuation of The Hot-Latina Stereotype in *Desperate Housewives*”. *Howard Journal of Communications*. Vol. 18, num. 2, 133-151

Miles, M. B. (1979). *Qualitative Data as an Attractive Nuisance*, *Administrative Science Quarterly*, 24: 590 – 601.

Moraes, D. (2010). Comunicação, Hegemonia e Contra-Hegemonia: A Contribuição Teórica De Gramsci. *Revista Debates*, 4(1), 54. <https://doi.org/10.22456/1982-5269.12420>

Neuman, W. R., & Guggenheim, L. (2011). The evolution of media effects theory: A six-stage model of Cumulative Research. *Communication Theory*, 21(2), 169–196. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2885.2011.01381.x>

Ng, E. (2013). A “Post-Gay” Era? Media Gaystreaming, Homonormativity, and the Politics of LGBT Integration: A “Post-Gay” Era? Media Gaystreaming. *Communication, Culture & Critique*, 6(2), 258–283. <https://doi.org/10.1111/cccr.12013>

Oliveira, J. M., & Carneiro, S. (2014). *Troubling Humanity: Towards A Queer Feminist Critical Psychology*.

Oliveira, J. M., Costa, C. G., & Nogueira, C. (2013). The Workings of Homonormativity: Lesbian, Gay, Bisexual, and Queer Discourses on Discrimination and Public Displays of

- Affections in Portugal. *Journal of Homosexuality*, 60(10), 1475–1493.
<https://doi.org/10.1080/00918369.2013.819221>
- Perloff, R. (2002). The Third-Person Effect. In J. Bryant & D. Zillmann (Eds.), *Media effects: Advances in theory and research* (pp. 489–506). Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*.
- Robinson, B. A. (2016). Heteronormativity and Homonormativity. Em A. Wong, M. Wickramasinghe, renee hoogland, & N. A. Naples (Eds.), *The Wiley Blackwell Encyclopedia of Gender and Sexuality Studies* (1.a ed., pp. 1–3). Wiley.
<https://doi.org/10.1002/9781118663219.wbegss013>
- Rosenfeld, D. (2009). Heteronormativity and homonormativity as practical and moral resources: The case of lesbian and gay elders. *Gender & Society*, 23(5), 617–638.
<https://doi.org/10.1177/0891243209341357>
- Saleiro, S., Ramalho, N., Menezes, M., & Gato, Jorge (2022). *Estudo nacional sobre as necessidades das pessoas LGBTI e sobre a discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais*. Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2022/05/Estudo_necessidades_pessoas_LGBTI_discrimina_orienta_se_xual_id_express_genero_caractrstcs_sexuais.pdf
- Seidman, S. (2009). Critique of compulsory heterosexuality. *SOCIAL POLICY*, 6(1).
- Shrum, L. J. (2017). Cultivation theory: Effects and underlying processes. *The International Encyclopedia of Media Effects*, 1–12.
<https://doi.org/10.1002/9781118783764.wbieme0040>
- Treadwell, D. (2019). *Introducing Communication Research: Paths of Inquiry* (4^o Ed.). Thousand Oaks: SAGE Publications.
- Valkenburg, P. M., Peter, J., & Walther, J. B. (2016). Media Effects: Theory and Research. *Annual Review of Psychology*, 67(1), 315–338. <https://doi.org/10.1146/annurev-psych-122414-033608>
- Vanlee, F. (2019). Acknowledging/denying LGBT+ difference: Understanding homonormativity and LGBT+ homogeneity in Flemish TV fiction through production

research. *European Journal of Communication*, 34(5), 520–534.
<https://doi.org/10.1177/0267323119874250>

Vanlee, F., Dhaenens, F., & Van Bauwel, S. (2018). Understanding Queer Normality: LGBT+ Representations in Millennial Flemish Television Fiction. *Television & New Media*, 19(7), 610–625. <https://doi.org/10.1177/15274764177484>

Vipond E (2015) Resisting transnormativity: Challenging the medicalization and regulation of trans bodies. *Theory in Action* 8(2): 21–44.

Wilcox, Melissa M. (2001). “Of Markets and Missions: The Early History of the Metropolitan Community Church.” *Religion and American Culture* 11(1):83–108.

Wolf, M. (2006) *Teorias da Comunicação*. Editorial Presença: Lisboa

Wright, C. R. (1986). *Mass communication: A sociological perspective* (3rd ed.). New York, NY: Random House.

Zillman, D. (2002). Exemplification theory of media influence. In J. Bryant & D. Zillmann (Eds.), *Media effects: Advances in theory and research* (pp. 19–42). Mahwah, NJ: Erlbaum.

Anexos

Anexo A - Caracterização da Amostra

<i>Nome</i>	Género	Idade Atual	Profissão/Ocupação	Programa	Canal	Ano da Entrevista
<i>Manuel Luís Goucha</i>	M	68	Apresentador	“Conta-me Como És”	TVI	2018
<i>Cláudio Ramos</i>	M	49	Apresentador	“Alta Definição”	SIC	2015
<i>Rui Maria Pêgo</i>	M	34	Apresentador e Ator	“Conta-me”	TVI	2020
<i>Diogo Infante</i>	M	56	Ator	“Goucha”	TVI	2021
<i>José Carlos Malato</i>	M	59	Apresentador	“A Nossa Tarde”	RTP	2019
<i>Flávio Furtado</i>	M	45	Comentador de TV	“Conta-me”	TVI	2022
<i>Pedro Crispim</i>	M	44	Comentador de TV e Designer de Moda	“Goucha”	TVI	2022
<i>Marco Delgado</i>	M	50	Ator	“Alta Definição”	SIC	2017
<i>Inês Herédia</i>	F	33	Atriz	“Goucha”	TVI	2021
<i>Ana Zanatti</i>	F	73	Atriz	“Alta Definição”	SIC	2012

Anexo B – Grelha de Análise: Dimensões de Análise e Indicadores

Objeto de Estudo	Dimensões de Análise	Indicadores
Homonormatividade	1. Naturalidade/Normalidade da Orientação Sexual	1.1. Aceitação através da Imitação
		1.2. Reconhecimento de diferença(s)
		1.3. Omissão
		1.4. Dar visibilidade
	2. Binarismos/Papéis de Género	2.1. Aceitação da não assimilação de papéis de género
		2.2. Marginalização devido à não assimilação de papéis de género
	3. Casamento e Monogamia	3.1. Desconstrução das Conceções Tradicionais
		3.2. Reforço das Conceções Tradicionais
	4. Família	4.1. Desconstrução das Conceções Tradicionais
		4.2. Reforço das Conceções Tradicionais
	5. Religião	5.1. Igreja Assimilacionista
		5.2. Igreja Conservadora e Tradicional
	6. Políticas de Respeitabilidade	6.1 Desafio à Heteronorma
		6.2. Assimilação da Heteronorma

Anexo C -Matriz de Códigos

Lista de Códigos	Goucha	Cláudio Ramos	Rui Maria Pêgo	Diogo Infante	Malato	Flávio Furtado	Pedro Crispim	Marco Delgado	Inês Heredia	Ana Zannatti	SOMA
Indicadores de Homonormatividade											0
Normalidade/Naturalidade				1	2		1	2	2	2	10
Aceitação através da imitação	3		3	2	2				1		11
Reconhecimento de diferenças			2	3	5		6	2	3	8	29
Omissão	1	2	5				1		2		11
Dar visibilidade	1		5		1				2	1	10
Binarismos/papéis de Género		1			1			1	2	1	6
Aceitação da não assimilação de		1	2		1			2		3	9
Marginalização devido à não ass		5			5		3			4	17
Casamento e Monogamia											0
Desconstrução das concepções tr								1		2	3
Reforço das concepções tradicio	2	4	2	1		1		4	2		16
Família	4	1									5
Desconstrução das concepções tr	1	1								5	7
Reforço das concepções tradicio		2	2	1	1	3		1	1		11
Religião											1
Igreja assimilacionista	1		3						3		7
Igreja conservadora e tradiciona			2		4				1		7
Políticas de Respeitabilidade		1	1								2
Desafio à heteronorma		1	4	2	2			1		2	12
Assimilação da heteronorma	4	3	8	3	2		2	1	2	4	29
Σ SOMA	17	22	39	13	26	4	13	15	22	32	203

